

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**GUSTAVO DINIZ NAVES**

**O CONCEITO DE SOBERANIA EM *O PRÍNCIPE* DE NICOLAU MAQUIAVEL**

**UBERLÂNDIA  
2025**

GUSTAVO DINIZ NAVES

**O CONCEITO DE SOBERANIA EM *O PRÍNCIPE* DE NICOLAU MAQUIAVEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Instituto de Filosofia da Universidade  
Federal de Uberlândia, como parte das  
exigências para a obtenção do título de  
bacharel em Filosofia.

Aprovado em: 22 de setembro de 2025.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. (Jairo Dias Carvalho)

(orientador/UFU)

---

Prof. Silvano Severino Dias

(arguidor/UFU)

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a todos que contribuíram para a minha formação e me moldaram de forma que eu me tornasse aquilo que sou. Graças a cada um, pude viver uma extraordinária jornada acadêmica estudando o que amo, a Filosofia e o amor ao pensar e uma vida extraordinária.

À minha noiva, Yasmim, meu amor e porto seguro; nada disso seria possível sem você. Companheira inegualável, que sempre me fortaleceu e esteve comigo em todas as dificuldades e felicidades. A você, todo o meu amor, minha dedicação e o desejo de retribuir, de alguma forma, o imenso carinho e apoio que me motivam todos os dias. Eu amo te amar, e é esse amor que me dá energia para continuar e sonhar em construir meu futuro ao seu lado.

À minha família, por ter me direcionado a ser uma pessoa íntegra e consciente de que o verdadeiro bem está na educação. Agradeço pelos valores que me ensinaram a querer sempre o bem do meu país e a contribuir com a sociedade através do conhecimento e extrema educação. Sem minha família, eu jamais teria chegado até aqui. Agradeço especialmente às meus bisavôs e bisavós, em especial Ricardina, meu sincero amor; às minhas avós Carmem e Marina; e aos meus avôs Paulos e Aniceto, eu lhes amo vocês profundamente e sou grato por cada ensinamento e por todos os caminhos que me proporcionaram e me permitiram e permitem sonhar todos os dias. Aos meus tios, tias, primos e primas, meu sincero muito obrigado por todo apoio e presença na minha trajetória e formação.

Aos meus pais, Guilherme e Roberta, por todo amor, dedicação e esforço em proporcionar o melhor para minha formação humana e intelectual. Tenho imenso orgulho em concluir este curso na mesma universidade em que minha mãe estudou. A minha irmã Bárbara agradeço por todo apoio, carinho e sinceridade fraternos.

Aos meus queridos amigos goiatubenses, que sempre estiveram presentes em minha jornada e me acompanharam em tantas boas histórias. Agradeço também aos amigos “überlandinos”, especialmente Davi e Matheus, que, vindos de outros estados assim como eu, compartilharam comigo momentos valiosos, conselhos, alegrias, trabalhos e experiências sensacionais nesta esplêndida cidade do Triângulo Mineiro.

Meu especial agradecimento à Universidade Federal de Uberlândia (UFU) por me proporcionar uma formação de excelência, com professores de currículo impecável e aulas ministradas com maestria, dedicação e amor. Agradeço em especial ao Professor Jairo, pelo acompanhamento em minha jornada acadêmica e pela criação do Grupo Soberania Nacional, que busca o sincero desenvolvimento do Brasil, é uma honra fazer parte deste projeto. Aos professores Silvano, Timothy e Leonardo,

deixo meu profundo reconhecimento por todas as oportunidades, orientações e contribuições à minha formação intelectual e pessoal.

Agradeço também ao Professor William, que no início da minha trajetória me orientou no desenvolvimento de um projeto de pesquisa que acabou me conduzindo ao tema deste trabalho. Suas aulas foram sempre impecáveis e enriquecedoras em cada detalhe. Sou imensamente grato por ter me ajudado a encontrar o tema da minha vida filosófica.

Registro meu sincero agradecimento ao Instituto Schiller, pela nobre missão de promover o diálogo sincero, o intercâmbio de conhecimentos universais e a reflexão em prol do bem coletivo da humanidade. Sou profundamente grato por todas as oportunidades de aprendizado, pelos encontros e pelas ideias compartilhadas, que me inspiram a pensar de forma mais ampla e humanista. Levo comigo o compromisso de continuar difundindo esses valores e a certeza de que ainda vou prestigiar o Instituto *in loco* em algum lugar deste globo.

Por fim, expresso minha gratidão à Universidade Federal de Uberlândia — instituição pública, gratuita e de altíssimo nível por proporcionar uma educação de excelência e uma estrutura acadêmica de primeiro mundo, tão próxima de minha querida cidade Goiatuba. Estudar o que amo nesta universidade e nesta cidade transformou minha vida. Levo comigo o desejo sincero de retribuir tudo o que me foi concedido, contribuindo com Uberlândia, com a UFU e com o Brasil. Agradeço a todos os meus colegas que compartilharam este momento comigo.

Agradeço, sobretudo, ao meu país, por manter universidades públicas como está no interior do país, e possibilitar que tantos jovens sonhem e pensem o bem para o Brasil.

**“Io amo la patria più dell'anima.”**

**“Amo a pátria mais do que a minha alma.”**

**Niccolò Machiavelli, Em carta a Francesco Vettori, 16 de Abril de 1527.**

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo explorar algumas temáticas relacionadas à vida de Nicolau Maquiavel e à sua mais célebre obra, *O Príncipe*, sobretudo no que diz respeito à sua chamada *Teoria da Soberania*. Nela, abordamos parte da biografia de Maquiavel, sustentando que a sua vida é indissociável da referida obra, portanto, sua apresentação se mostra indispensável para a compreensão precisa do tema do *Príncipe*, e, por consequência, da filosofia política de Maquiavel. O TCC está dividido em três seções: introdução, desenvolvimento e conclusão. Na primeira, tratamos da temática da obra em questão; na segunda, do conteúdo teórico propriamente dito, relacionando-o ao contexto histórico em que Maquiavel se encontrava. Por fim, na última, apresentamos as conclusões obtidas ao longo da pesquisa.

**Palavras-chave:** Maquiavel; O Príncipe; Teoria da Soberania; Virtù; Fortuna; Liberdade; Autonomia; Força.

## ABSTRACT

The current research had the purpose of exploring some of the theematics related to the life of Nicollò Machiavelli and to his most renowned work, *The Prince*, focusing especially on his *Theory of Sovereignty*. So, in this research, the life of Machiavelli is extensively discussed, sustaining the hypothesis that his life is indissociable from the alluded work, thus, presenting it is indispensable to the precise comprehension of the theme of the *Prince*, and, consequently, to Machiavelli's political philosophy. This work is divided in three sections: introduction, development and conclusion. In the first of them, we focused on the thematic of *The Prince*; the second one brings the theoretical content of this work, linking it to the historical context in which Machiavelli found himself. Finally, in the last section, we present the conclusions obtained during the period that the research was conducted.

**Keywords:** Machiavelli; The Prince; Theory of Sovereignty; Virtù; Fortuna; Liberty, Autonomy, Strength.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>1</b>
<b>2.1 INTRODUÇÃO À TEMÁTICA DA OBRA O PRÍNCIPE.....</b>	<b>1</b>
<b>2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA ITÁLIA DE MAQUIAVEL.....</b>	<b>9</b>
<b>2.3 O PRÍNCIPE E A TEORIA DA SOBERANIA.....</b>	<b>19</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>37</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo explorar o conceito de *soberania* na obra *O Príncipe*, de Maquiavel, buscando traçar relações entre a sua chamada *teoria da soberania* com sua vida prática. Defenderei que os detalhes biográficos da vida de Maquiavel têm ligação direta com a teorização de sua filosofia política, que apresenta um caráter fundamentalmente pragmático. A partir da análise de excertos do *Príncipe* e de outros autores como Skinner (1981), Larivaille (1979) e Bath (1981). Primeiro, explicaremos o contexto temático da obra em questão e da vida de Maquiavel, e, em seguida, faremos o mesmo com alguns dos conceitos indispensáveis à compreensão do *Príncipe*. Na conclusão, faremos uma síntese dos resultados da pesquisa.

Desse modo, o presente trabalho pretende mostrar que a soberania em Maquiavel deve ser entendida como uma noção prática, ligada diretamente à sua experiência política e às circunstâncias de seu tempo. Para isso, estruturamos a pesquisa em três momentos: primeiro, a apresentação da obra e da trajetória do autor; em seguida, a análise dos conceitos fundamentais, como virtù, fortuna, glória e soberania; e, por último, o exame do contexto histórico da Itália. Na conclusão, retomamos os principais pontos discutidos, destacando a forma como Maquiavel concebe a soberania como autonomia efetiva do Estado.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 INTRODUÇÃO À TEMÁTICA DA OBRA *O PRÍNCIPE*

Quando Nicolau Maquiavel (1469–1527) escreveu *O Príncipe*, em 1513, situava-se afastado da vida pública contra sua vontade e obrigado a se recolher em sua propriedade em San Cassiano, a aproximadamente quinze quilômetros de Florença, para onde fora destinado após a derrocada da República Florentina com o retorno da poderosa família Médici ao poder. Desde 1498, Maquiavel servira à República Florentina na chancelaria, inicialmente como secretário da Segunda Chancelaria, que era encarregada dos assuntos internos e da diplomacia com os demais Estados italianos (Larivaille, 1979).

Posteriormente, destacou-se e alcançou prestígio em suas funções, o que resultou em seu destacamento à função de secretário do Conselho dos Dez da Guerra, órgão responsável pela política externa e das relações diplomáticas da república. Nessas atribuições, conduziu missões diplomáticas de grande importância junto a cortes como a da França, do Sacro

Império Romano-Germânico, dos Estados italianos vizinhos e, sobretudo, à cúria papal, o que lhe proporcionou uma experiência *in loco* e uma posição privilegiada e única como observador do comportamento dos governantes e da dinâmica do poder a partir de seu interior, vislumbrando as entranhas dos bastidores do poder e participando ativamente do desenrolar político, garantindo-lhe posição única, privilegiada e diferente de todas as demais com seu realismo (Skinner, 1981).

A partir dessa visão acerca do funcionamento do poder e da guerra, Maquiavel conclui que seu Estado precisa abandonar o emprego de tropas mercenárias e adotar uma milícia própria, se Florença desejasse superar sua condição de submissão e de descrédito perante a seus pares. Sua proposta para a criação desta milícia própria foi acatada e então fora incumbido desta missão de armar a cidade para sua defesa com forças próprias, passando a recrutar e organizar seus soldados, formalizando toda a sua estrutura e regulamentação e ordenamento de forma a garantir seu pleno funcionamento. Para ele, isso representava a realização de um projeto e a oportunidade de pôr sua reflexão e teoria em prática, pois via neste exército florentino um instrumento indispensável à defesa da soberania e à autonomia efetiva do Estado Soberano, remédio para a doença de uma Itália que estava habituada ao vício do uso dessas forças inúteis e perigosas, nas palavras do próprio Maquiavel:

Digo, portanto, que as armas com as quais um príncipe defende seu estado ou são próprias ou são mercenárias, ou auxiliares ou mistas. As mercenárias e auxiliares são inúteis e perigosas. Se alguém tem o seu estado fundado sobre as armas mercenárias, nunca estará nem firme nem seguro, porque elas são desunidas, ambiciosas, sem disciplina, infieis, valorosas entre os amigos, vis entre os inimigos: não temerosas a Deus, não confiáveis para com os homens; com elas se adia a ruína enquanto se adia o ataque; na paz espoliado por elas, na guerra pelos inimigos. A razão disto é que elas não têm outro amor nem outra razão que as conservem em campo, se não um pouco de soldo o qual não é suficiente para fazer com que queiram morrer por você; querem bem ser seus soldados enquanto você não for à guerra, mas, quando a guerra vem, ou fogem ou se vão. E disto é fácil de se persuadir, porque a atual ruína da Itália não é causada por outra coisa senão por ter se, pelo espaço de muitos anos, apoiado inteiramente sobre as armas mercenárias. Tais armas já fizeram algumas conquistas sob o comando de alguns e pareciam valorosas quando combatiam entre si, mas, quando veio o forasteiro, elas mostraram aquilo que eram. Por isso para Carlos, rei da França, foi lícito riscar a Itália com giz; e quem dizia que a causa disto eram os nossos erros dizia a verdade, embora não se trate-se daqueles que acreditavam ser, mas destes que eu narrei; e porque eram erros dos príncipes, eles também sofreram suas penas. (Maquiavel, 2020, p. 309-310)

Durante este período, o florentino colaborou intensamente com o gonfaloneiro vitalício Piero Soderini, chefe da República entre 1502 e 1512, participando ativamente dos assuntos estatais e desempenhando papel relevante nas decisões de governo como confiável conselheiro. Sua ligação estreita com o regime republicano fez com que, após a derrota das forças florentinas diante da Liga Santa e a consequente restauração dos Médici em 1512. A

Liga, formada em 1511 sob a liderança do Papa Júlio II, reunia algumas das principais forças da Europa: o Reino da Espanha de Fernando de Aragão, a República de Veneza, a Inglaterra de Henrique VIII, a Confederação Suíça e, pouco depois, o Sacro Império Romano-Germânico sob Maximiliano I. Essa coalizão tinha como objetivo principal expulsar os franceses, aliados dos florentinos, da península Itálica e assim redesenhar o jogo de forças na região, mas acabou por afetar decisivamente a sorte de Florença e do diplomata florentino que fora automaticamente associado como um inimigo do novo regime. Sua longa e leal dedicação à república transformou-se em um motivo de desconfiança, Maquiavel foi então destituído de seu cargo, acusado de conspiração, preso, torturado e, por fim, libertado devido a uma anistia geral concedida pela ocasião da eleição do novo papa, Leão X, Giovanni de Médici. (Larivaille, 1979).

Com a anistia, Maquiavel retornou à vida civil confinado em sua propriedade, privado de qualquer participação na política, converteu então a prática em reflexão e encontrou no exílio o tempo necessário para se dedicar à composição de *O Príncipe*. Sai de cena o diplomata para se consagrar o filósofo com uma das obras mais lidas, traduzidas e discutidas do mundo, apesar de seus cinco séculos de vida. O momento histórico e pessoal se convergem para permitir a produção de seu tratado (White, 2007). A vida reclusa e longe das cortes e palácios afligiam o florentino, e ele via em seus estudos uma fuga de sua nova realidade miserável, foi a forma que encontrou para superar sua situação. Embaixo, cita-se a carta de Maquiavel, datada de 10 de dezembro de 1513, endereçada a Francesco Vettori:

Quando chega a noite, eu volto para casa e entro no meu escritório; na soleira da porta, tiro as roupas de trabalho, cobertas de lama e pó, e visto os trajes de corte e de palácio. Assim trajado, penetro nas veneráveis cortes dos antigos, onde, solícita e afetuosa mente sou acolhido por eles, me nutro daquele alimento que é só meu e para o qual nasci; e não me envergonho de conversar com eles e de indagá-los sobre os motivos de suas ações, e eles, por sua humana benignidade, me respondem. E, por quatro horas seguidas, não sinto tédio, esqueço todas as minhas aflições, não temo a pobreza e não me apavora a morte. Absorvo-me por inteiro neles. E, porque Dante diz que ninguém entende coisa alguma se não retém o que entendeu, anotei o que colhi de proveitoso em sua conversação e compus um breve estudo, *De Principatibus*, no qual aprofundo, quanto me é possível, as ideias relativas a esse tema, discutindo a definição de principado, as espécies de principado, como se adquirem, como se conservam e por que se perdem. E, se alguma vez alguma fantasia minha te agradou, esta não te desgrade. Ela deve ser bem-recebida por um príncipe, sobretudo por um príncipe novo; por isso a dedico a Sua Magnificência Giuliano. Filippo da Casavecchia a viu. Ele poderá dar-te notícia tanto do trabalho em si quanto das discussões que tive com ele a respeito, embora eu esteja continuamente a acrescentá-lo e a polir. (Machiavelli, 1996, p. 264)

Vettori era então embaixador de Florença junto a corte papal e mantinha interlocução direta com o novo poder Médici em Roma. Maquiavel enxergava nele a possibilidade de se alcançar um Médici e assim obter seus favores necessários para lograr êxito em reingressar na

vida pública ou de influenciar de alguma forma o cenário político de sua Itália. Pensou primeiro em Giuliano de Médici mas após a morte deste em 1516, voltou-se para Lorenzo de Médici, o futuro papa Clemente VII, a quem dedica sua obra. O gesto de Maquiavel foi uma aposta, uma tentativa em vão de conquistar a graça do novo comandante de Florença através de seu capital intelectual acumulado ao longo de todos os seus anos à frente da chancelaria e de suas missões diplomáticas (Bath, 1992).

Nas cartas a Vettori, Maquiavel relata as noites de estudo em que, recolhido a seu escritório, entra nas cortes dos antigos e conversa com os clássicos. Esse movimento reflete o impulso renascentista de retorno às fontes clássicas, sobretudo romanas. O florentino tem como grandes referências Tito Lívio, Cícero e diversos outros autores dos quais ele resgatará vocabulários e categorias essenciais para poder compreender a teoria expressa em *O Príncipe*, como *virtù* e *fortuna*; além de buscar retomar as instituições e a arte militar romana. Este retorno à Roma vai além de mera erudição e opera como projeto de reforma da *praxis* política das instituições italianas. O tratado tem caráter patriótico, como afirma Almeida Júnior (2021, p. 7): “Maquiavel tinha como principal aspiração política ver a Itália unificada, forte o suficiente para fazer frente aos grandes reinos vizinhos, digna herdeira de Roma”. Maquiavel alimentava a esperança de ver surgir um líder capaz de guiar a península de volta aos tempos de glória e acreditava que Lorenzo de' Medici poderia vir a ser este “médico” que a Itália clamava para a curar de todos os seus vícios e enfermidades que assolam seu território.

Maquiavel escreve seu tratado com o intuito de oferecer instrumentos e um manual prático para a ação política, direcionada a entrega de resultados concretos; com base na observação empírica da história e das coisas de Estado, ele faz desta um laboratório para se verificar a veracidade de fato das coisas com base nos acontecimentos humanos para fundamentar assim as diretrizes desse agir político entre os homens de acordo com o que as coisas realmente são. Sua vivência nos bastidores do poder e sua liberdade para dizer a verdade efetiva das coisas integram a originalidade de sua obra e reflete perfeitamente o espírito do período renascentista, o qual liberta seu pensamento de qualquer amarra metafísica que o impeça de pensar apenas de acordo com a moral vigente.

O florentino realiza o movimento de retorno aos clássicos, substituindo os fundamentos da Política – contaminada pelo teocentrismo – para um antropocentrismo, isto é, reposiciona o homem e, portanto, sua essência no centro do universo. Sua filosofia afirma a liberdade do homem para traçar seu próprio destino, cabe aos indivíduos e apenas a eles o poder de transformar a sua realidade; assume então o papel central de agente responsável por seus atos e pelos efeitos que produz. A política é feita de resultados a serem alcançados pelos

homens e será julgada apenas por estes, entretanto, um príncipe será julgado somente por seus resultados e não por seus meios. Maquiavel não comenta sobre possíveis punições divinas para a ação humana e seu silêncio sobre isso, em sua obra, neste período da história, constitui uma ruptura estarcedora, a qual inaugura uma filosofia política fundada na separação da ética e da autonomia humana para a ação. (Skinner, 1981).

Maquiavel separa então a moral da política e afirma que, para manter o Estado, o governante será julgado estritamente por seus resultados e não por sua conformidade com as virtudes tradicionais pertinentes ao cristianismo. Ao recuperar a herança do passado, Maquiavel vincula a consolidação das virtudes cristãs à supressão do antigo ânimo romano, substituído por virtudes que, a seu ver, são equivocadas para a política e fazem esquecer as qualidades que fizeram Roma bem-sucedida. O clero retratado no pensamento de Maquiavel é marcado por ambições pessoais, hipocrisia, simonia, nepotismo, escândalos e crimes dos mais diversos, convertendo a religião em um legítimo instrumento de poder temporal; ao invés de promover a coesão e pacificação na península, a alta cúria trabalha em favor da divisão e da promoção da corrupção da moral e das instituições italianas, reduzindo o espaço da *virtù*, isto é, daquela capacidade para agir e da liberdade para se executar o que for necessário para conservar-se e atingir seus resultados e as grandes obras; sem esta competência, a política perde a eficácia e consequentemente em um Estado isso resultará na fatídica perda de sua autonomia; e é justamente essa energia da moral pagã que Maquiavel deseja reacender na península.

Para entender melhor o que Maquiavel entendia por *virtù*, é possível citar Bath (1981):

A *virtù* nada tem a ver com a virtude cristã, que sujeita o indivíduo à vontade divina, na expectativa da vida perfeita; como também não é a virtude aristotélica, justa e racional; ou a estóica, resignada e tolerante. Para Maquiavel, *virtù* é a energia, a capacidade, o empenho, a eficácia, a vontade dirigida para o objetivo. Tem faces múltiplas, pelo que exige traduções variadas, de acordo com as circunstâncias em que aparece, vinculando-se sempre ao elemento vital, positivo, construtivo, que impulsiona para a realização e a conquista. A *fortuna* é a sorte - boa ou má -, o acaso, as circunstâncias, a oportunidade. A interação da *virtù* e da *fortuna* tudo decide: tece a rede em que se desenvolve a vontade do indivíduo e do Estado. (Bath, 1981, p. 13)

Compreendida dessa maneira, pode ser dito que a *virtù* romana fora ofuscada pelo fortalecimento do cristianismo, fazendo com que as virtudes exaltadas passassem a ser não mais virtudes como a coragem, disciplina, glória, justiça, liberdade e a prudência dos romanos, mas, sim a mansidão e a renúncia das coisas mundanas em favor de uma promessa de vida eterna vinculada a salvação de sua alma. Para Maquiavel, o cristianismo, ao erigir essa benevolência “universal”, é fatalmente levado a agir com passividade; trata-se, portanto,

de uma leitura equivocada das verdadeiras virtudes em sua concepção, já que esta, amarra as ações do homem as consequências que enfrentarão o juízo divino para poder manter seu lugar no céu ao invés de conservar-se na terra. Barros (2022) comenta:

Virtude ou *virtù*, no italiano de Maquiavel, provém de *vir* que, em latim, significa homem. Assim, para o secretário florentino, *virtù* vincula-se a valor, capacidade, determinação, energia, engenhosidade e proeza. Dessa maneira, o nosso diplomata não se refere à virtude cristã – empenhada na salvação da alma –, mas à virtude pagã, em que a perfeição do indivíduo conta menos que o resultado obtido. Portanto, Maquiavel tinha a convicção de que, ao exaltar os mansos, o cristianismo permitia que o mundo fosse dominado pelos violentos. Logo, em seus escritos, dava mais importância à ética pagã – que visava a autopreservação – que à ética cristã do sacrifício por ele considerada hipócrita. Ou seja, se o mundo é imperfeito, não há eficácia em portar-se como um cordeiro no âmbito político; ao contrário, deve-se agir com astúcia na nítida intenção de assegurar a continuidade do Estado. A sobrevivência do governante, dessa forma, conta mais que a salvação de sua alma. Isto é, almeja-se o resultado e não a excelência individual nas ações políticas. Apesar disso, não se pode asseverar, sem uma certa dose de controvérsia, que a construção intelectual maquiaveliana rejeita totalmente a moral. Rejeita, sim, a moral cristã, mas recebe entusiasticamente a moral pagã. (Barros, 2022, p. 55)

Maquiavel reconduz o sentido das virtudes e prefere a *virtù* romana, pois reconhece nela a chave para libertar a Itália e recolocá-la no caminho da grandeza. *Virtù*, portanto, não é devocão e nem pureza de intenções; é a capacidade de enxergar a verdade efetiva das coisas, compreender a conjuntura e agir conforme o necessário, ainda que isso contrarie os princípios morais convencionais. Em seu ideário as virtudes romanas são superiores às cristãs, pois para ele, a arte de governar demanda ação objetiva para o fim de se manter no poder, sem essas características, esse trabalho de manutenção de seu estado requer meios eficazes para se contornar as adversidades, agindo em conformidade com o que o tempo demanda. Sendo assim, na visão do florentino certas virtudes são indispensáveis ao bom governo. A constância para preservar e manter o que se conquista, a disciplina garante a ordem, a justiça equilibra os humores preserva a estabilidade e garante a civilidade, a liberdade assegura a autonomia para agir e a glória afirma a imortalidade dos homens na história por suas grandes obras transcedentes ao interesse individual. (Skinner, 1981).

Para além disso, o governante é medido pelos resultados de suas ações e por sua capacidade de enfrentar a fortuna com preparo e principalmente adaptação à situação, garantindo a manutenção do Estado e a grandeza da pátria. Em Maquiavel se verifica que há uma grande diferença entre a forma que se vive e o modo como se deve viver. O próprio Maquiavel nos alerta:

Mas, sendo a minha intenção escrever coisa útil a quem entenda, pareceu-me mais convincente ir direto à verdade efetiva das coisas do que à imaginação dessa. E

muitos imaginaram repúblicas e principados que nunca foram vistos, nem conhecidos de verdade. Porque há tanta diferença entre como se vive e como se deveria viver, que quem deixa aquilo que se faz por aquilo que se deveria fazer apreende mais rapidamente a sua ruína que a sua preservação, porque um homem que deseja ser bom em todas as situações, é inevitável que se destrua entre tantos que não são bons. Assim, é necessário a um príncipe que deseja conservar-se no poder, aprender a não ser bom, e sê-lo e não sê-lo conforme a necessidade. (Maquiavel, 2020, p. 341).

Para Maquiavel, a glória é um dos fins mais nobres da ação pública, não é mera vaidade, mas reconhecimento eterno dos grandes feitos que elevam seu status, fundam Estados e mantêm a estabilidade das instituições. É esse conjunto de virtudes que o florentino espera de um líder, que este seja capaz de agir livremente e de acordo com as circunstâncias do momento, em sua visão, apenas alguém dotado dessas características pode reacender a chama romana no espírito dos italianos e assim libertar sua península das humilhações que lhes são impostas pelas potências estrangeiras e superar as intrigas internas por uma Itália forte e soberana. É precisamente neste hiato entre o ideal e o real que a *virtù* se destaca como qualidade imprescindível para quem lidera. Tomada como energia prática e prudente, com firmeza, coragem, lucidez diante das circunstâncias e disposição para fazer o necessário. Sendo assim, um príncipe virtuoso é aquele que sabe ler a situação em que se encontra e, de acordo com ela, consegue agir com todos os seus meios disponíveis para que de alguma forma consiga domar a fortuna, convertendo as adversidades em oportunidades. Barros (2022) sintetiza esse pensamento perfeitamente:

Não há, outrossim, uma natureza que sempre redunde em sucesso; ao contrário, este depende da conformidade dela às conjunturas. Logo, quando estas variam, o homem perspicaz, o governante de *virtù*, terá a sensibilidade e grandeza de espírito necessárias para, em plena metamorfose política, transmutar sua natureza, conformando-a a uma nova situação específica. É crucial, no entanto, que seu guia não seja o interesse privado – como no caso de Agátocles Siciliano, citado por Maquiavel no cap. VIII de *O príncipe*, cujos crimes, embora tenham sido de suma importância para a conquista do poder, não caracterizavam *virtù* e não lhe trouxeram glória. Esta só é conseguida se o interesse da pátria – e Maquiavel é um patriota, não nos esqueçamos disso – for posto acima das mesquinharias tão corriqueiras no campo político; e a ação do governante, que se adeque à necessidade do momento, visar ao fim maior de assegurar as liberdades dos cidadãos e a independência do Estado. (Barros, 2022, p. 58)

De acordo com Maquiavel, a conquista por si só não garante a glória. Um governante pode expandir seus domínios, acumular riquezas ou subjugar seus inimigos, mas se tais feitos não forem acompanhados pelo benefício comum, as ações se perdem no tempo como atos de pura barbárie. A glória, no pensamento maquiaveliano, está intimamente ligada à utilidade pública e à capacidade de fundar ordens sólidas que perdure por toda a eternidade. Assim, mesmo quem conquista muito pode não alcançar a glória, pois esta não se mede apenas pelo

poder adquirido, mas pelo legado e os grandes feitos de quem resiste às variações da fortuna com suas próprias capacidades de superação. Maquiavel exemplifica com o próprio Agátocles citado logo acima:

Agátocles, siciliano, não só de condição particular, mas também ínfima e abjeta, tornou-se rei de Siracusa. Este homem, nascido de um oleiro, sempre teve, nas diferentes fases de sua vida, uma conduta celerada; não obstante, associou a seus crimes tanta virtù de alma e corpo, que, ingressando na milícia, pelos seus diversos graus, chegou a ser pretor de Siracusa. Ao ser vestido em tal posto, decidiu tornar-se príncipe e manter com violência e sem obrigação a outrem aquilo que lhe tinha sido concedido por um acordo. Tendo acordado este seu plano com o cartaginês Amílcar – o qual militava com seus exércitos na Sicília -, reuniu em certa manhã o povo e o senado de Siracusa, como se fosse deliberar algo pertinente à república. E com um aceno combinado, ordenou a seus soldados matar todos os senadores e os mais ricos do povo. Mortos estes, ocupou e manteve o principado daquela cidade sem nenhuma controvérsia civil. [...] Quem considerar, portanto, as ações e a vida deste homem verá pouca ou nenhuma coisa que se possa atribuir à fortuna, porque, como se disse acima, não pelo favor de alguém, mas pelos postos da milícia – os quais conquistou com mil incômodos e perigos – alcançou o principado; e este, posteriormente, conservou-se com muitas resoluções corajosas e perigosas. Não se pode também chamar de virtù matar seus cidadãos, trair os amigos, agir de má-fé, sem piedade, sem religião: meios estes que permitem conquistar poder, mas não a glória. Porque, se se considera a virtù de Agátocles ao entrar e ao sair dos perigos, e a grandeza do seu ânimo ao suportar e superar as coisas adversas, não se vê porque ele haveria de ser julgado inferior a qualquer excellentíssimo capitão: todavia, sua feroz crueldade e desumanidade, com infinitos crimes, não permitiram que fosse celebrado entre os excellentíssimos homens. (Maquiavel, 2020, p. 276-277)

Na esteira deste pensamento, segundo o florentino, a obtenção da glória é mais elevada que a simples conquista do poder. A glória exige permanência e benefício comum; e para poder consolidá-la, deve-se, portanto, compreender bem as virtudes guerreiras inerentes a Roma, que tinha em seu espírito guerreiro as verdadeiras virtudes necessárias para poder superar as ocasiões adversas impostas. A relação entre virtù e fortuna é um conceito fundamental na obra de Maquiavel. A fortuna, segundo Maquiavel, determina a inconstância dos tempos, a oscilação das circunstâncias e ordena o campo das contingências fora do controle humano, onde o acaso e a sorte criam oportunidades e contratemplos capazes de fundar e ruir Estados. Apesar de seu poder de mudar por completo o destino dos homens, Maquiavel comenta:

E não desconheço como muitos tiveram e têm opiniões que as coisas são, de certo modo, governadas pela fortuna e por Deus; que os homens com a sua prudência não podem corrigi-las, não havendo, então, remédio algu; e, por isto, poderiam julgar que não seria necessário cansar-se muito nessas coisas, mas deixar-se governar pela sorte. Esta opinião tem muito crédito nos nossos tempos por causa da mudança nas situações que foram vistas e se veem todos os dias, que estão além de toda conjectura humana. Diante do que, pensando eu algumas vezes, inclinei-me de certo modo pela opinião deles. Todavia, para que o nosso livre arbítrio não esteja extinto, julgo ser verdadeiro que a fortuna seja árbitra de metade das nossas ações, mas que ela ainda nos deixa governar a outra metade, ou quase. E comparo a fortuna a um desses rios ruinosos que, quando se iram, alagam as planícies, arruínam as árvores e

os edifícios, levam terra desta parte, põem-na em outro lugar: qualquer um foge em sua presença, todos cedem ao seu ímpeto sem poder impedi-lo de modo algum. E, ainda que sejam assim, aos homens nada impede que, quando os tempos estão calmos, tomem providências, com proteções e com diques: de modo que, ao se avolumarem depois, ou iriam por um canal ou seu ímpeto não seria nem tão violento nem tão danoso. Ocorre o mesmo à fortuna, a qual demonstra o seu poder onde a virtù não é ordenada para resisti-la, e então volta ao seu ímpeto para onde ela sabe que não se fizeram os diques e as proteções para contê-la. E se vocês considerarem a Itália, que é palco destas mudanças e que lhes deu o movimento inicial, veriam ser ela uma planície sem diques e sem nenhuma proteção, que, se ela fosse reparada pela conveniente virtù, como é a Alemanha, Espanha e a França, ou estas planícies não teriam sofrido as grandes variações que sofreram, ou elas não teriam lá chegado. E creio que basta ter dito isto, de modo geral, quanto ao opor-se à fortuna. (Maquiavel, 2020, p. 431-432)

Nesse quadro, o secretário florentino delineia sua *Teoria da Soberania*, entendida como autonomia efetiva para realizar a ação, é a liberdade de agir dotado dos próprios meios; é capacidade de mover-se em direção ao caminho das conquistas, sem qualquer impedimento físico ou metafísico (Ames, 2017, p.27). Ressaltamos esse caráter de independência quando Maquiavel afirma que o príncipe necessita ter recursos para poder realizar sua ação. Essa exigência é demonstrada quando o secretário florentino rejeita o uso de soldados mercenários ou tropas auxiliares – pertencentes a outrem - e com isso afirma a necessidade de forças próprias e de uma liderança forte. A saída para o problema da Itália requer um Estado apoiado em boas leis e nas armas; este é, o único alicerce capaz de recompor a autoridade, restaurar a energia cívica romana na península e assim sustentar a sua soberania enquanto for livre para esculpir seu próprio destino.

Tendo contextualizado as circunstâncias históricas que levaram à escrita de *O Príncipe* e explicado alguns dos conceitos fundamentais para cumprir os objetivos dessa pesquisa, encerramos o eixo conceitual deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), abrindo passagem para o próximo capítulo, dedicado à situação da Itália desta época, elemento indispensável para compreender a gênese de sua teoria da soberania.

## **2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA ITÁLIA DE MAQUIAVEL**

Para compreendermos o pensamento maquiavélico com clareza, é indispensável ater-se com atenção à história de sua amável península, a Itália. Sem reconstituir o panorama histórico que ele observa, as noções como virtù, fortuna, glória e soberania perdem seu alicerce. Dado isso, busco propor nas linhas abaixo, uma síntese rigorosa do percurso que vai do passado de unidade romana à Itália fragmentada do início do século XVI, passo indispensável para situar a tese do florentino em seu próprio território (Almeida Júnior, 2021).

Do auge imperial à sua degradação, Roma enfrentou um longo processo de perda de degradação política, militar e moral, e, assim, a centralização romana do poder cedeu lugar à fragmentação da península em diversos Estados. As sucessivas crises, invasões e convulsões sociais corroeram a autoridade de outrora, deixando o caminho livre para o desenvolvimento de diversos pólos antagonistas entre si na península. O resultado disto é um quadro de rivalidades persistentes, alianças por mera conveniência e conjuras recorrentes que reacendem conflitos e inflamam os humores a cada geração, mantendo a península em permanente convulsão e estado de alerta. A dissolução da unidade territorial romana leva a uma exacerbada fragmentação em pequenas potências locais que para superar as rivais, muitas cidades passam a convidar e permitir que potências estrangeiras viessem auxiliar em suas guerras, deixando o caminho livre para a espoliação e intervenção de outros Estados na região (Maquiavel, 1998).

Entre os principais centros urbanos do período destacam-se Veneza, Gênova, Pisa, Florença, Siena, Lucca, Milão, Verona, Pádua, Mântua, Ferrara; ao sul temos Nápoles que organiza uma monarquia de grande escala, e a Sicília que projetam influência no mar Mediterrâneo, enquanto cúria papal estava concentrada em Roma, salvo em períodos de exceção em que a corte se estabeleceu fora da cidade, como em Ravena e em Avinhão. Esse deslocamento perpetrado pela Igreja em alguns períodos demonstra, ainda que temporariamente, ilumina como esta também acompanhou e participou diretamente das disputas políticas desta época, nesse ambiente, em que alianças são formadas e desfeitas de acordo com necessidades particulares, amigos viram inimigos e vice-versa. A guerra “à italiana” é majoritariamente conduzida pelos *condottiere*, e a segurança da península passa a ser cada vez mais dependente destas tropas mercenárias que atraem cada vez mais forasteiros à Itália; Larivaille (1988) comenta a respeito de quem são esses mercenários:

Na França, ao final de uma lenta evolução, chegou-se, no último quartel do século XV, ao que já se pode chamar de exército nacional permanente. O laço entre o feudo e o serviço militar devido ao rei enfraqueceu-se progressivamente, e muitos senhores são, a partir de então, simplesmente oficiais assalariados dos exércitos reais. Da mesma forma, as grandes companhias de *condottiere*, que alugam seus serviços aos Estados, estão em vias de extinção, enquanto o próprio Estado recruta suas companhias de ordenança, os primeiros núcleos de um exército nacional. Na Itália, pelo contrário, só se encontram alguns raros embriões de exércitos permanentes recrutados entre a população local: em Milão, mas sobretudo em Veneza, onde as milícias inicialmente encarregadas da defesa das cidades foram agregadas ao exército propriamente dito. Mas, com exceção dessas milícias, tanto os exércitos venezianos quanto dos outros Estados e tanto os exércitos permanentes quanto os ocasionais, são constituídos de mercenários. Veneza recruta a maior parte da sua cavalaria fora da Itália: em Creta e no Peloponeso, os estradiotas, cavaleiros muito rápidos armados com uma lança leve, uma espada e uma clava; na Albânia e na Eslavônia, os *cappelletti*. Os soldados dos outros Estados da península provem

geralmente das zonas mais abandonadas: das montanhas da Ligúria, mas, sobretudo, da Itália central, da Romagna, das Marcas, dos Abruzos. Eles são por vezes alistados individualmente, mas mais frequentemente, para resolver o difícil problema do enquadramento militar, prefere-se negociar com capitães que dispõem de companhias pouco numerosas (de algumas centenas de homens) recrutadas por eles mesmos. (Larivaille, 1988, p.71-72)

Essas cidades italianas acabam por formar alianças entre si e contra si, e, até mesmo, firmam acordos com outros Estados nacionais como a França, por exemplo, no caso florentino; na vã esperança de assim tornarem-se capazes de superar seus inimigos, o que não conseguem sozinhas por sua falta de capacidade. Desta maneira, aumentam os conflitos na região que demandam forças para a guerra, mas, não sendo capazes de estabelecer exércitos próprios fortes, acaba por propagar-se assim o emprego sistemático dessas forças alheias que transformam essa prática em um vício entre os Estados italianos (Larivaille, 1979).

Na passagem dos séculos finais da Idade Média para o início da modernidade, o emprego crescente dessas tropas fez da guerra um negócio lucrativo, atraindo estes forasteiros que oferecem seus serviços a cidades e senhorias, com a mera intenção de lucrar, recorreram a esses serviços para suprir carências militares e projetar poder além de seus limites imediatos escancarando sua incapacidade e mal preparo para lidar com as questões de Estado. (Burckhardt, 2009) complementa:

Homens bem pensantes previram, portanto, a conquista estrangeira muito antes da campanha de Carlos VIII. Foi apenas quando este encontrava-se já de volta ao outro lado dos Alpes que ficou claro a todos que uma era de intervenções começava. Desse momento em diante, os infortúnios se sucedem. Tarde demais, percebe-se que França e Espanha – os dois principais interventores - haviam se tornado, nesse meio tempo, grandes e modernas potências, que não podem mais dar-se por satisfeitas com homenagens superficiais, mas têm de travar uma batalha de morte pela posse da Itália e por sua influência sobre ela. Ambas haviam começado a igualar-se aos Estados italianos centralizados e mesmo a imitá-los, mas em proporções colossais. Por certo tempo, planos de anexação e troca de territórios adquirem caráter obrigatório. É sabido, porém, que o resultado final foi a total preponderância da Espanha, que, como ponta-de-lança da Contrarreforma, sujeita também o papado a uma longa dependência. A melancólica reflexão dos filósofos da época consistiu, então, unicamente em demonstrar que todos aqueles que tinham invocado os bárbaros haviam tido um triste fim. (Burckhardt, 2009, p. 115)

A convocação de potências de fora para superar seus vizinhos abriu as portas à intervenção desenfreada na península. Quando os estrangeiros vieram, não vieram apenas para guerrear, mas para conquistar, convertendo a Itália em campo de batalha entre diversas potências. Incapaz de exercer uma força capaz de suportar essas investidas em seu território, a Itália tornou-se presa fácil; carente de meios próprios, viu-se vulnerável e disso se seguir assassinatos, ocupações, pilhagens, estupros e todas as demais barbáries possíveis.

Em meio a essa desordem, a Igreja converte-se em poder temporal e passa a atuar como participante ativo do jogo político, o qual intervém segundo os interesses da cúria, mobiliza interdições e excomunhões, alimenta intrigas e busca consolidar linhagens; essa atuação, atravessada por nepotismo e simonia, inflama os humores e reconfigura equilíbrios locais à mercê das artimanhas do alto clero em busca de consolidar ainda mais seu poder e influência na península. Para Maquiavel, há aí enorme hipocrisia, corrupção e violência; aquilo que deveria ser santo aproxima-se mais do próprio diabo do que de Deus com seus conluios. Em *O Príncipe*, no capítulo XI, ao tratar dos principados eclesiásticos, ele observa que esses domínios “se mantêm por instituições religiosas antigas” e, por isso, interferem de modo peculiar nos equilíbrios da península, sem se submeter às mesmas regras dos demais poderes (Maquiavel, 2020).

Com a decadência da civilização de Roma, seus antigos valores perdem vigor e cedem lugar ao ideário cristão, e, por conseguinte, segue-se o fortalecimento da Igreja enquanto como poder espiritual e temporal. Sitiada no centro da península, administrou rendas, distribuiu benefícios, impôs interdições e arbitrou disputas, ao mesmo tempo em que, não raro em inconformidade com seus próprios princípios, alimentou conluio de interesses e ambições de domínio. Nesta esteira, destacam-se alguns papas: Alexandre VI o qual converteu a cúria em um instrumento de consolidação da linhagem de sua família, ascendente espanhola, a temível família Bórgia, com sua escancarada corrupção e tamanha crueldade, principalmente perpetrada por seu filho, César Bórgia, que com sua crueldade os levou a serem caracterizados como “os próprios demônios sentados no trono de Pedro”; Sisto IV implicado em conjuras e inúmeras violências; Júlio II, papa que conduziu campanhas e cercos devastadores como um príncipe armado, o qual, chega até mesmo a receber o título de “o papa guerreiro”. Assim, a instituição que se assenhoreava das almas buscava também assenhorear-se das terras e riquezas italianas, convertendo-se em entidade desestabilizadora, a qual reforçava e garantia a desarticulação da península. (Maquiavel, 1998). A Igreja não foi forte o suficiente para unificar a Itália, nem fraca a ponto de permitir que outro a fizesse, nas palavras de (Burckhardt, 2009):

A luta entre os papas e os Hohenstaufen acabou por deixar a Itália em uma situação política que diferia substancialmente daquela do restante do Ocidente. Se na França, Espanha e Inglaterra o sistema feudal era de natureza tal a, transcorrido seu tempo de vida, desembocar fatalmente no Estado monárquico unificado; se na Alemanha ele ajudou, ao menos a manter a unidade do império – na Itália, por sua vez, libertara-se quase completamente desse sistema. Na melhor das hipóteses, os imperadores completamente desse sistema. Na melhor das hipóteses, os imperadores do século XIV não eram mais acolhidos e respeitados como senhores feudais, mas como possíveis expoentes e sustentáculos de poderes já existentes. O papado, por

sua vez, com suas criaturas e pontos de apoio, era forte o bastante apenas para coibir qualquer unidade futura, sem, no entanto, ser ele próprio capaz de gerá-la. Entre aqueles e este, havia uma série de configurações políticas – cidades e despotas, em partes já existentes, em parte recém-surgidos – cuja existência era de qualquer natureza puramente factual. Nestas, pela primeira vez o espírito do Estado europeu manifestava-se livremente, entregue a seus próprios impulsos. Com suficiente frequência elas existem em seus traços mais medonhos o egoísmo sem peias, escarnecedo de todo seu direito, sufocando o germe de todo desenvolvimento sadio. Onde, porém, essa tendência é superada, ou de alguma forma, contrabalanceada, ali um novo ser adentra a história: o Estado, como criação consciente e calculada, como obra de arte. Tanto nas cidades-repúblicas quanto nos Estados tirânicos, esse ser vivente manifesta-se de centenas de maneiras, determinando-lhes a configuração interna bem como a política externa. (Burckhardt, 2009, p. 36).

No contexto de uma península já cristianizada, a Igreja vai preenchendo o vazio ocasionado pela queda de Roma e se enraíza nas instituições do continente europeu do período. No entanto, o mal comportamento do alto clero chega a um ponto tão elevado de degradação da moral que essa sólida estrutura começa demonstrar rachaduras. O modo como a cúria não se preocupa mais em esconder suas mazelas é notório, com as vendas de indulgências, cargos e favores se atenuam neste período em uma proporção nunca vislumbrada, em total inconformidade com os princípios que professavam, perturaram a ordem e inflaram os humores, impedindo a formação de qualquer instituição estável dada as suas interferências que claramente visavam apenas satisfazer ambições pessoais, com a religião e as virtudes cristãs ficando em segundo plano, se não extintas. Exemplificando com as palavras do próprio secretário florentino:

O pontificado tinha vindo a Nicolau III, da casa Orsini e, dado que os papas temiam sempre a todos cujo poderio tinha se tornado grande na Itália, mesmo que ela tivesse crescido com os favores da Igreja, e como procuravam sempre abaixá-lo, costumavam acontecer frequentes tumultos e frequentes mudanças se produziam. Pois o temor de um poderoso fazia fortalecer um débil, que, uma vez fortalecido, era temido; e temido, se procurava abaixá-lo: isso fez com que se tirasse o Reino de Nápoles da mão de Manfredo, para concedê-lo a Carlos; e fez depois ter medo dele e buscar sua ruína. Nicolau III, portanto, movido por essas razões, tanto fez que, por meio do imperador, se tirou a Carlos o governo da Toscana; e àquela província mandou, em nome do império, *messer Latino*, legado seu. (Maquiavel, 1998, p. 96)

Ao mesmo tempo em que era responsável por tamanha decadência, entretanto, a própria Santa Sé fora responsável pelo patrocínio de escolas, universidades, bibliotecas, e principalmente das artes; este movimento acabou por ocasionar a recuperação crítica dos clássicos, com a Igreja também se alimentando desta literatura antiga para utilizá-la a seu favor para sustentar e legitimar suas teses, todavia esta busca pelos clássicos tomou proporções que nem a própria Igreja poderia previr, é neste período que se inaugura uma das mais marcantes fases da história humana, o período renascentista marcado pelo despertar a partir da recordação dos clássicos. A recuperação crítica dos clássicos, a arquitetura e as artes,

aliadas a esse ambiente de pujança urbana e nostalgia de um passado de glória que legitima reformas e mobiliza as cidades.

Na Itália, entretanto, diferentemente do que ocorre no Norte, a Antiguidade torna a despertar. Tão logo a barbárie tem fim, a consciência do próprio passado faz-se novamente presente em um povo ainda parcialmente ligado à Antiguidade; ele a celebra e deseja reproduzi-la. Fora da Itália, o que ocorre é uma utilização erudita e refletida de elementos isolados da Antiguidade; dentro dela, trata-se de uma objetiva tomada de partido ao mesmo tempo erudita e popular pela Antiguidade de forma geral, uma vez que está constitui ali a lembrança da própria grandeza de outrora. A fácil comprehensibilidade do latim, o montante de recordações e monumentos ainda presentes, estimula decisivamente esse desenvolvimento. Dele e de sua interação com um espírito italiano que se alterou com o passar do tempo - com as instituições do Estado germano-lombardo, com a cavalaria comum a toda a Europa, com as demais influências culturais provindas do Norte, com a religião e com a igreja – surge, então, o novo todo: o moderno espírito italiano, destinado a tornar-se o modelo decisivo para todo o Ocidente. (Burckhardt, 2009, p. 179)

Na Itália, diferentemente do restante da Europa, a Antiguidade, lá, não é apenas mera erudição, mas um despertar da consciência do homem e compartilhado entre letRADOS e povo. Assim que a barbárie declina, a lembrança da própria grandeza volta a impor-se como medida do presente; a inteligibilidade do latim e a densidade de recordações e monumentos tornam esse retorno particularmente eficaz. Desse processo nasce um novo todo, o moderno espírito italiano, chamado a tornar-se modelo decisivo para o Ocidente (Burckhardt, 2009). Dessa matriz cultural nasce o impulso emancipatório da vida civil de sua tutela eclesiástica, e, assim, possibilita fundar um movimento capaz de restaurar uma ordem pública fundada na razão de Estado, na disciplina e bem comum inerentes as virtudes clássicas romanas responsáveis pela consolidação das grandes obras de Roma.

O Renascimento pode ser compreendido como um período de revoluções profundas, não apenas artísticas, mas também intelectuais, políticas e sociais. Seu caráter essencial esteve no retorno aos antigos como reaproveitamento criativo de valores e formas da Antiguidade. Nesse novo horizonte, o homem passou a ser visto como medida de todas as coisas, capaz de explorar plenamente suas faculdades, de organizar a vida coletiva segundo sua razão e de moldar a realidade a partir de sua própria ação. A confiança nas capacidades humanas e a valorização da experiência concreta traduzem o espírito de um tempo que se afastava da rigidez medieval e se lançava em um projeto de renovação em todas as esferas da vida, na Itália, o homem se tornou pela primeira vez um indivíduo consciente de si, reconhecendo-se como sujeito criador (Burckhardt, 2009).

Destaca-se então Florença, epicentro desse movimento, a confluência entre seu comércio, vigor econômico e animosidade cívica logram êxito em converter riqueza material em cultura, e a turbulência deste período em energia criadora do novo espírito europeu.

(White, 2007) sintetiza perfeitamente esse período histórico com o apogeu de Florença enquanto capital intelectual da Europa:

Florença foi fundada por volta do ano 1000 d.C. Construída sobre um povoado que cairá sob o domínio dos exércitos do Sacro Império Romano, por um século ou mais continuou sendo uma minúscula cidade que tinha em seu coração a catedral de Santa Reparata e a igreja de San Lorenzo. No entanto, a partir de 1120, Florença começou a crescer rapidamente, logo se convertendo num centro de negócios e num polo cultural que atraía artistas e filósofos, tanto quanto mercadores e banqueiros. Em meados do século XIII, a cidade era um Estado independente com uma população de cerca de trinta mil habitantes. Tinha sua própria moeda corrente, seu próprio sistema político idiossincrático e uma crescente reputação de ser um dos grandes centros criativos da Europa. Dante nasceu em Florença em 1265, durante a pré-alvorada da Renascença. Contudo, seu tempo, foi marcado por batalhas mortais dentro da cidade, que, associadas às doenças e a embates triviais com Estados vizinhos, reduziram severamente a população da cidade e por uns anos paralisaram seu crescimento. Gradualmente, Florença foi emergindo desse tempo de morte e escuridão e entrando numa era de surpreendentes feitos, um período durante o qual se tornou rica e famosa. Isso ocorreu num momento em que toda a Europa estava acordando para uma nova idade de progresso que se desdobrou mais rápido e plenamente do que em qualquer outro tempo desde que o império romano havia soçobrado, um milênio antes. (White, 2007, p. 35-36).

Nesse contexto, Florença se ergue como o epicentro desse novo florescimento humano, uma cidade mercantil e bancária, a qual reunia riqueza e energia que alimentavam tanto a produção de bens como o financiamento de obras públicas, palácios, igrejas e sobretudo das artes e da vida intelectual. O vigor das casas bancárias, sobretudo a dos Médici, garantiu não apenas estabilidade financeira, mas também a sustentação e financiamento de artistas, arquitetos e intelectuais, transformando a cidade em um imenso laboratório cultural. Este patrocínio do luxo e da arte não era mera ostentação, apesar de ser uma forma de demonstrar sua grandeza em poder; convertia-se em capital político e prestígio cívico legitimador de seu poder, inserindo a cultura no coração da vida pública. Assim, a força econômica e a visão das elites florentinas explicam em grande parte porque foi justamente ali que o Renascimento encontrou solo fértil para se expandir (Larivaille, 1988).

A economia de Florença consolidou-se no final da Idade Média como uma das mais poderosas da Europa, sustentada pelo dinamismo de seus comerciantes e, sobretudo, por seus banqueiros. As grandes casas bancárias florentinas expandiram seus negócios para além da Toscana, tornando-se credoras de papas, reis e imperadores. Essa rede financeira fez da cidade um centro decisivo para a circulação de crédito e capitais, transformando riqueza econômica em influência política. A prosperidade permitiu que parte significativa desses recursos fosse convertida em mecenato, financiando obras de arquitetura, pintura e escultura que não apenas ornamentavam a cidade, mas também simbolizavam a glória de seus patronos. O resultado desses patrocínios é exposto em White:

Quase todas as facetas da cultura se transformaram drasticamente neste período. É surpreendente perceber que, por exemplo em 1471, quando a primeira prensa apareceu em Florença, não existiam mais que 30 mil livros, enquanto que, no período em que Maquiavel trabalhava como secretário da Segunda Chancelaria, em 1500, estima-se que estivessem em circulação cerca de oito milhões de livros impressos. (White, 2007, p. 38).

Os Médici destacaram-se como exemplo mais eloquente desses movimentos, banqueiros com negócios espalhados por toda a Europa, compreenderam perfeitamente que patrocinar artistas como Brunelleschi, Botticelli e Michelangelo era também investir em sua legitimidade política e prestígio. É com Cosimo de Médici que esta prática de mecenatas ganha dimensões extraordinárias que demonstram perfeitamente a magnitude de seu poder conquistado devido sua intensa atividade financeira; é graças a sua influência que esta práxis acaba por se consolidar entre seus sucessores, como Lorenzo de Médici, o magnífico – que comandará a cidade florentina de 1469, ano em que nasce Maquiavel até 1492 - patriarcas desta importante família.

A história dos Médici se confunde com a de Florença. A partir de Cosme, o Velho, e de seu neto Lourenço, o Magnífico, a família conseguiu equilibrar interesses bancários, alianças diplomáticas e um papel central no patrocínio cultural, tornando-se força hegemônica na cidade e na Europa durante boa parte do século XV. Se por um lado sua ascensão foi marcada pelo apoio popular e pela fama de mecenatas, por outro alimentou resistências internas de famílias rivais e de setores republicanos que viam na concentração de seu poder uma ameaça à liberdade. A expulsão de Piero de Médici, sucessor de Lorenzo, em 1494, após a invasão francesa de Carlos VIII, revelou tanto a fragilidade das alianças políticas da família quanto a disposição de Florença em experimentar outras formas de governo (White, 2007).

Em cinco meses de marcha triunfal, quase sem combater, o Rei da França atravessou toda a Itália. Cruzou os Alpes em setembro de 1494, encontrou Ludovico de Pádua, libertou Pisa da sujeição de Florença, entrou espetacularmente em Florença, cujo povo amotinado havia expulso Piero, e aí legitimou a “ditadura” quiliástica de Savonarola. Em seguida, entrou em Roma onde assegurou ao Papa o trono em troca da investidura no reino de Nápoles e Jerusalém, e em 22 de janeiro de 1495, depois da abdicação e fuga de Alfonso II, entrou em Nápoles com o manto imperial e a quádrupla coroa de França, Nápoles, Jerusalém de Constantinopla. (Bath, 1980, p. 39)

É neste contexto e momento que surge a figura de Girolamo Savonarola, frade dominicano cuja pregação inflamou os humores da cidade com um ideal de reforma moral e religiosa. Com a invasão francesa de Carlos VIII em 1494 e a consequente queda de Piero de Médici, Florença mergulhou em instabilidade e abriu espaço para a ascensão de Savonarola com sua pregação apaixonada. O frade dominicano, já conhecido por seus sermões inflamados, interpretou a crise como castigo divino e passou a denunciar a corrupção da Igreja

e dos florentinos endinheirados, acusando-os de explorar os pobres e de conduzir a cidade a uma vida de excessos mundanos. Em suas pregações, insistia que as desgraças de Florença eram consequência direta dos pecados de seus habitantes, que se entregavam aos prazeres carnais em detrimento da fé; resultado direto das práticas culturais que a cidade florentina vinha promovendo em detrimento da religião. (Bath, 1980, p. 39).

Sua retórica era radical e chegou até mesmo a caracterizar os papas como meretrizes, e com isso acaba por ser condenado pelo papa Alexandre VI, e acaba excomungado pelo mesmo por heresia. A frente do governo florentino, instaurou o Grande Conselho que promoveu a campanha do “brado das vaidades”, a qual visava purificar os costumes citadinos e transformar a cidade em uma nova Jerusalém. Contudo, sua administração enfrentou graves dificuldades, como escassez de alimentos e crescente oposição interna graças a suas políticas extremas e apaixonadas, o que corroeu o humor popular que antes o sustentava. De profeta e salvador da cidade a derrotado e inimigo do povo, Savonarola tornou-se símbolo da crise de Florença e terminou em sua decorada, que resultou em sua prisão, julgamento e posterior execução, sendo queimado em praça pública em 1498, queimado diante da mesma multidão que outrora o aclamara.

Com a queda de Savonarola em 1498, Florença abriu caminho para um novo arranjo político que buscava restabelecer a república e garantir estabilidade após anos de instabilidade e imenso fervor religioso. Poucos anos depois, em 1502, Piero Soderini foi eleito gonfaloneiro vitalício, cargo criado para assegurar maior continuidade administrativa e reduzir as mudanças bruscas no governo. Sua eleição representava a esperança de equilíbrio entre as facções internas e de fortalecimento das instituições republicanas, ao mesmo tempo em que se procurava preservar a independência da cidade diante das pressões externas que vinham de Roma, da França e da Espanha. Durante seu governo, Florença buscou se reorganizar politicamente, e por conseguinte, reformar suas práticas institucionais e contou com o auxílio de Maquiavel.

É justamente nesse contexto que Nicolau Maquiavel ingressa na chancelaria, iniciando sua vida pública como secretário e encarregado da diplomacia. Entre 1498 e 1512 cumpre missões junto à corte de Luís XII na França, ao papa Júlio II em Roma, ao imperador Maximiliano e diversos estados italianos como Caterina Sforza, relatando negociações, avaliando forças e aconselhando a república. Nesse momento observa de perto César Bórgia, cuja ascensão e queda acompanha com atenção e cuja energia política e capacidade de decisão toma como referência para pensar o governante eficaz. Em seus escritos deixará clara a admiração pelo duque da Romanha como figura próxima do príncipe ideal, ainda que

reconheça que, sem fundamentos estáveis, sua fortuna o conduziu ao declínio. (Larivaille, 1988), sintetiza perfeitamente este período de atuação de Maquiavel até sua derrocada:

Tendo entrado na administração florentina logo após o fim trágico de Savonarola, em 1498, Maquiavel havia sido até o retorno dos Médici do exílio nos furgões dos exércitos espanhóis, durante o verão de 1512, um dos principais artesãos da política da república. Secretário da segunda chancelaria, ele progressivamente se tornara, a partir de 1502, o conselheiro e respeitado e o homem de confiança (o testa-de-ferro e até o homem de ação aos olhos da oposição) daquele que era, num certo sentido, o presidente vitalício da República de Florença: o gonfaloneiro Piero Soderini. Encarregado de missões diplomáticas delicadas na Itália e no estrangeiro, que o haviam conduzido a um contato direto com César Bórgia e com os senhores da política europeia da época e lhe tinham permitido frequentar e observar de perto a vida, os costumes e as intrigas das cortes romana, francesa e imperial; iniciador, recrutador e, depois, administrador das milícias florentinas, que deviam em sua opinião, substituir vantajosamente os caros e perigosos exércitos mercenários, mas que só haviam demonstrado uma fraca capacidade de resistência frente às tropas aguerridas do capital espanhol Raimundo de Cardona; estreitamente envolvido na vida política de sua cidade e com os confrontos, cada vez maiores, entre o gonfaloneiro e uma oposição interna e externa habilmente mantida e estimulada pelo Médici no exílio: Maquiavel acabar por aderir fortemente à república à qual servia zelosamente e não podia, dessa forma, escapar aos reflexos de sua derrocada. Assim, nos meses que se seguiram à fuga de Piero Soderini e à restauração dos Médici, malgrado a sua vontade manifesta de continuar a servir fielmente ao Estado e aos seus novos senhores, o seu compromisso notório com o regime derrubado lhe valera mil dificuldades criadas pelos partidários dos Médici. Destituído de todas as suas funções já no início de novembro de 1512, com a proibição de deixar o território florentino durante um ano, ele fora submetido a uma série de interrogatórios sobre as suas atividades anteriores, especialmente a administração das milícias (Larivaille, 1988, p. 144-145).

Apesar das reformas, o governo de Soderini enfrentou dificuldades crescentes. A principal delas foi a guerra contra Pisa, cuja longa resistência exigiu recursos e desgaste militar, ainda que a vitória final em 1509, em parte sustentada pela milícia organizada por Maquiavel, tenha representado uma conquista temporária. Ao mesmo tempo, as tensões com o papado, sobretudo sob Júlio II, tornaram-se um desafio quase insuperável, pois Roma buscava afirmar sua autoridade sobre os territórios italianos. A posição de Florença era delicada, se por um lado, tentava manter neutralidade com dificuldade; por outro, se viu forçada a alinhar-se em meio às disputas entre França e Espanha e devido a essa fragilidade, o equilíbrio da república começava a ruir diante dessas pressões externas (Skinner, 1981, p. 19).

A queda de Soderini consumou-se em 1512, quando a invasão espanhola, apoiada pela Santa Liga de Júlio II, derrotou as forças florentinas e culminou no saque de Prato, episódio de violência devastadora que aterrorizou toda a Toscana. O massacre acelerou a capitulação da república florentina e os Médici acabam por retornar triunfantes ao poder; para evitar que Florença sofresse idêntico destino, os florentinos capitularam e aceitaram a rendição. Para

Maquiavel, a consequência foi igualmente desastrosa, o colapso do governo de Soderini marcou, assim, não apenas o fim de uma tentativa republicana, mas também o ponto de virada na vida do diplomata, que passaria a refletir em suas obras sobre os limites e as possibilidades da ação política diante da instabilidade e da força das circunstâncias.

Nesse desfecho, a república revelou a extensão de sua fragilidade, faltaram meios próprios, comando firme e capacidade de sustentar a defesa diante de pressões externas e rivalidades internas. Maquiavel, que se empenhou em missões diplomáticas e na organização da milícia, viu ruir o edifício institucional que tentara fortalecer. Mais tarde, criticaria com severidade esse período, não por desconhecer os obstáculos, mas porque nele identificou a incapacidade florentina de converter necessidade em ação e de manter, com armas e recursos próprios, a autonomia do Estado. Sua atuação não bastou para superar o déficit de força e de decisão da cidade e ele mesmo acabou tragado pela derrocada, partilhou do infortúnio de uma Florença que preferiu ceder para salvar-se no imediato e perdeu, com isso, a chance de sustentar sua liberdade.

A experiência vivida por Maquiavel nesse ambiente de constantes mutações é inseparável da história de Florença. Filho de uma cidade rica, criativa e instável, ele pôde testemunhar tanto o esplendor cultural sustentado pelos Médici quanto as crises políticas que alternaram repúblicas, teocracias e senhorialismos. Sua formação humanista e suas missões diplomáticas deram-lhe contato direto com o jogo de potências que marcava a Itália renascentista, fragmentada em Estados frágeis e vulneráveis às ingerências externas. Essa vivência prática ofereceu-lhe material concreto para pensar os mecanismos do poder e a necessidade de instituições fortes, de disciplina cívica e de liderança capaz de transformar contingência em oportunidade. Nesse terreno, enraizado na história de sua cidade e de sua época, se gestam as reflexões que darão forma à sua teoria da soberania em *O Príncipe* que buscaremos delinear no próximo capítulo.

### **2.3 O PRÍNCIPE E A TEORIA DA SOBERANIA**

Escrito em 1513 e publicado postumamente em 1532, *O Príncipe* nasce em circunstâncias dramáticas da vida de Maquiavel e da própria Itália e se destaca e distingue-se pela forma como rompe com a retórica especulativa típica dos tratados políticos anteriores. Maquiavel adota um estilo prático, com capítulos curtos e organizados em torno de problemas concretos do governo, sempre orientado pela experiência histórica e pela observação direta das ações humanas tais quais elas são. Ao invés de se apoiar em princípios abstratos ou em

fundamentos éticos, ele descreve a política tal qual ele a vê, e se vale de exemplos da Antiguidade e de sua época para fundamentar a sua teoria. Essa fusão entre reflexão filosófica e lastro empírico fornecido pelo estudo da história dos homens e Estados, confere à obra uma força e caráter inéditos, resultado de sua experiência acumulada durante seus anos de serviço público à república e seu olhar e reflexão penetrantes, a partir de uma posição privilegiada que ocupa para conferir os mecanismos do poder tais quais eles são. É uma obra que objetiva responder ao dilema fundamental de seu tempo, como fundar, manter e conquistar o poder em meio a um cenário de instabilidade interna e de invasões e intervenções estrangeiras as quais minam a independência dos Estados da península.

E, porque sei que muitos escreveram sobre isto, temo, escrevendo eu também, ser considerado presunçoso, sobretudo porque, ao debater essa matéria, afasto-me do modo de raciocinar dos outros. Mas sendo minha intenção escrever coisa útil a quem a entenda, pareceu-me mais convincente ir direto à verdade efetiva da coisa do que à imaginação desta. E muitos imaginaram repúblicas e principados que nunca foram vistos, nem conhecidos de verdade. Porque há tanta diferença entre como se vive e como se deveria viver, que quem deixa aquilo que se faz por aquilo que se deveria fazer apreende mais rapidamente a sua ruína que a sua preservação. (Maquiavel, 2020, p. 341)

A natureza de seu opúsculo rompe com a tradição política que o antecede, ao contrário dos espelhos de príncipes medievais, voltados à exortação moral e à imagem idealizada do governante justo e virtuoso, Maquiavel descreve a política como ela efetivamente se apresenta no mundo real da política, marcada pela disputa, pela violência e pela necessidade. Seu objetivo não é ensinar virtude no sentido cristão, mas sim, as virtudes que permitem conservar e expandir o poder, mesmo que para isso se recorra a meios controversos, moralmente questionáveis e à própria valorização da tradição pagã. Essa mudança de perspectiva inaugura uma nova linguagem política, ao invés de se apoiar na filosofia especulativa ou na virtuosidade teológica do cristianismo, *O Príncipe* analisa a política em seus próprios termos, como esfera autônoma regida pela fortuna e pela *virtù*.

Trata-se de uma obra que, ao mesmo tempo, responde à urgência do seu tempo e aspira à universalidade delineativa de converter a experiência prática em teoria e transforma a contingência histórica em categorias gerais de análise sobre a essência do poder e os fundamentos essenciais para o pleno exercício da soberania. Sua concisão, clareza, discurso direto e sua enérgica radicalidade concebem o tom de manifesto político, um texto breve, mas de impacto profundo, que recoloca a soberania no centro da sobrevivência do Estado e por esta sua originalidade pertinente ao seu trabalho, esta, lhe afirma como fundador da ciência

política moderna, conferindo a Maquiavel o título de pai da ciência política moderna com *O Príncipe* representando um marco na literatura da filosofia política ocidental. (Barros, 2014) sintetiza perfeitamente essa ideia:

O secretário florentino, assim, parte da experiência dos acontecimentos que o cercam. Suas análises são, da mesma forma que as ponderações de Galileu, empíricas por excelência. Alçando-se sobre uma filosofia medieval marcadamente dedutiva, nosso autor, como um verdadeiro cientista, chega às suas conclusões induzindo, a partir de uma política real, os modelos de comportamento adequados ao trato correto dos negócios governamentais. [...] Desse modo, nosso autor está sempre tentando correlacionar grupos de fatos a generalizações ou leis; está sempre se perguntando se algo registrado nas obras históricas de Tito Livio ou Tucídides, ou observando em seu próprio tempo, constitui uma exceção ou, de modo diverso, um modelo de comportamento político. É nítido que, ao se referir constantemente aos grandes governantes de outrora e acreditando que as práticas deles são adequadas à sua época, estabelece linhas de ação a serem seguidas pelos príncipes italianos, o que, em relação ao obscurecimento da verdadeira natureza da política que dominava o medievo, é atitude audaz e moderna. Diante da realidade de Estados nacionais, que com cada vez mais força libertavam-se das amarras universalistas da Igreja, nosso ilustre diplomata detecta as regras de fogo do cosmos político que devem ser as balizas seguras para aqueles que se lançam à conquista do poder. (Barros, 2014, p. 32-34)

A disposição de *O Príncipe* revela uma progressão clara do pensamento de Maquiavel e pode ser dividida em duas partes. A primeira parte, dividida dos capítulos I a XIV, o secretário florentino se concentra em discutir as condições objetivas do poder. Maquiavel descreve os tipos de principados, a maneira de conquistá-los e conservá-los, e dedica atenção central às armas próprias e rejeita a utilização de tropas mercenárias e auxiliares por gerarem dependência e fraqueza. O eixo dessa seção é a ideia de que a manutenção do poder exige meios concretos de defesa, organização militar e controle efetivo de seu território, além disso, aspecto crucial para poder manter seu Estado e status.

A segunda parte, do capítulo XVI até o final da obra, o autor desloca o foco para as qualidades inerentes ao governante que almeja executar com excelência a arte de governar. Nesta seção Maquiavel examina e trata da relação entre virtù e fortuna, a ação baseada em resultados, o equilíbrio entre amor e temor e o domínio das aparências como ferramenta política, da liberalidade e da parcimônia, da残酷和 da piedade, como evitar o desprezo e o ódio e de que modo os príncipes devem manter sua palavra ou não; neste segmento emerge o retrato do príncipe eficaz, capaz de decidir com firmeza diante da incerteza e de moldar os acontecimentos de acordo com sua necessidade. Ao final destas discussões, no capítulo XXVI, intitulado: Exortação para tomar a defesa da Itália e libertá-la da mão dos bárbaros, onde Maquiavel convoca o príncipe para tal feito, neste caso, Lorenzo de Médici, expandindo sua teoria da prática política a do plano de consolidar suas recomendações ao governante para

restaurar a soberania e a antiga glória da península. (Almeida Júnior, 2021) nos complementa sobre a divisão da obra:

Do capítulo I ao XI, Maquiavel trata dos diferentes tipos de principados e como governá-los tendo em vista o modo como são conquistados. Do capítulo XII ao XIV, trata das relações entre o governo e as tropas, isto é, da força militar que o Estado deve ter para garantir a sua liberdade. Do capítulo XV ao XXI, temos a principal parte da obra, a mais filosófica propriamente dita, quando Maquiavel esmera-se em analisar a natureza humana, os azares da sorte (*fortuna*) e o mérito do governante saber conduzir-se quando as coisas vão bem ou mal (*virtù*). Dos capítulos XXII ao XXIV, trata do modo pelo qual o príncipe deve-se relacionar com quem trabalha no governo, ou seja, aspectos da vida palaciana. O penúltimo capítulo volta ao tema da *virtù* e da *fortuna*; e o último faz uma exortação para que a casa dos Médici assuma o processo de liderança para unificar a Itália e livrá-la dos povos invasores (Almeida Júnior, 2021, p. 58)

Essa divisão não é arbitrária, mas demonstra como Maquiavel articula, de um lado, as bases estruturais da soberania e, de outro, a energia individual que deve animar o estadista para dar consistência a essas bases que o permitem consolidar seu poder e seu Estado. No decorrer da primeira parte, o diplomata analisa a natureza dos Estados e distingue os diferentes tipos de principados, mostra como os hereditários se mantêm pela tradição e apoio popular, enquanto os novos exigem grande virtù para se consolidarem. Examina também os principados mistos, resultantes da anexação de novos territórios a um domínio já existente, exigindo do governante habilidade para integrar povos acostumados a leis e costumes diferentes. Em todos os casos insiste que nenhum poder é estável sem armas próprias e sem uma organização militar sólida.

A discussão culminará com a condenação das tropas mercenárias e auxiliares, consideradas pelo florentino como armas inúteis e pouco confiáveis, com a defesa irredutível da autonomia e a detenção de meios próprios como fundamento essencial para o exercício da autoridade. Agora nos deteremos à análise dos capítulos de *O Príncipe*, observando como Maquiavel constrói sua teoria a partir da tipologia dos Estados, das condições de conquista e sua manutenção, do papel das armas e das leis, das qualidades pessoais do governante, esse percurso visa revelar a lógica interna do tratado onde delineia-se a sua concepção de soberania.

No primeiro capítulo, Maquiavel anuncia que tratará das diversas espécies de principados e de que modos se adquirem.

Todos os governos, todos os domínios que tiveram ou têm autoridade sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados. Os principados ou são hereditários, nos quais o sangue do seu senhor foi por longo tempo príncipe, ou são

novos. Os novos são inteiramente novos, como foi Milão para Francesco Sforza, ou são como membros acrescentados ao Estado hereditário do príncipe que os conquista, como é o reino de Nápoles para o rei da Espanha. Estes domínios assim conquistados ou estão habituados a viver sob um príncipe ou estão acostumados a ser livres; e são conquistados ou com as armas de outros, ou com as próprias, ou pela *fortuna* ou pela *virtù*. (Maquiavel, 2020, p. 205)

Essa distinção inicial não é meramente classificatória, mas já indica a chave de leitura da obra, a conquista a política pode ser pensada ora a partir da virtude de um único homem, como no caso dos principados, ora a partir da estrutura coletiva que sustenta o Estado, como é comum as repúblicas. Ainda que o tratado concentre sua atenção nos principados, permanece latente a preocupação com a estabilidade das instituições, pois governar significa tanto garantir a força do governante quanto a segurança do corpo político e a necessidade de compreender os meios pelos quais se conquista e se mantém o poder nestes. Ao indicar que os domínios podem ser adquiridos por fortuna ou *virtù*, com armas próprias ou alheias, Maquiavel abre caminho para o tema que perpassará todo o livro: os métodos de conquista e manutenção do poder, que não dependem de modelos ideais, mas da capacidade de enfrentar as contingências da vida política. É essa tensão entre a liderança individual e a solidez do Estado que constitui o horizonte de sua teoria da soberania, que o florentino discutirá mais adiante e nos aprofundaremos no decorrer dos próximos parágrafos. (Barros, 2014) comenta sobre a importância dessa indicação feita pelo florentino:

A importância reside no fato que Maquiavel, observando a realidade de seu tempo, lega-nos a concepção moderna das formas de governo, substituindo a tripartição de Aristóteles (monarquia, aristocracia e democracia) por um modelo dicotômico em que se antagonizam monarquia e república. Surgem, aí, duas inovações no pensamento político. A primeira é a utilização da palavra “Estado” em seu sentido moderno de comunidade política e soberana. Até Maquiavel, ao invés de “Estado”, toda a tradição da filosofia política ocidental desde os romanas, utilizava, com o mesmo sentido, o vocábulo “república”. A partir das considerações de nosso secretário florentino, “república!” deixa de significar a ordem estatal para ganhar seu novo significado: forma de governo, baseada na eletividade e na temporariedade dos postos de poder, antípoda da monarquia (Barros, 2014, p. 88).

No segundo capítulo, Maquiavel observa que os principados hereditários oferecem menos dificuldades para se manter, já que os súditos estão habituados à mesma dinastia e, salvo em casos de ambição extraordinária, tendem a conservar a lealdade ao príncipe. Nessas circunstâncias, basta ao governante evitar mudanças bruscas e preservar os costumes, pois a continuidade garante estabilidade. Assim, a conservação do poder nos principados hereditários depende mais da prudência em manter a tradição do que da necessidade de grandes demonstrações de *virtù*.

Digo, portanto, que nos governos hereditários e acostumados à dinastia do seu príncipe são menores as dificuldades para conservá-los do que os novos, porque basta não preterir os ordenamentos de seus antecessores e posteriormente contemporizar com os acidentes, de modo que, se tal príncipe tiver uma indústria ordinária, sempre conservará o seu estado, a não ser que uma força extraordinária e excessiva o prive dele. E tendo sido dela privado, reconquista com tal condição na medida em que o conquistador enfrentar alguma adversidade. Temos na Itália, por exemplo, o duque de Ferrara, que não resistiu aos assaltos venezianos em 1484, nem aqueles do papa Júlio em 1510, por outras razões senão por ser antigo naquele domínio. Porque o príncipe natural tem menores razões e menor necessidade de ofender, donde se segue que seja mais amado. E se vícios extraordinários não o fizer odiado, é razoável que seja naturalmente benquisto pelos seus. E na Antiguidade e continuação do domínio são extintas a memória e os motivos das inovações: porque uma mudança sempre deixa o fundamento para a edificação de outra (Maquiavel, 2020, p. 207).

No terceiro momento da obra, Maquiavel trata dos principados mistos, aqueles em que um território novo é agregado a um domínio já existente. Ele afirma que esse é o tipo de conquista mais difícil de conservar, porque os povos anexados mantêm memória da antiga liberdade ou apego ao antigo príncipe, e com isso se tornam inclinados à revolta. Para evitar a instabilidade, o governante deve residir no novo território ou estabelecer colônias que garantam fidelidade. Também pode eliminar a antiga linhagem governante para suprimir pretensões de retorno. Nesse ponto, Maquiavel já introduz a ideia central de que conservar um domínio exige não apenas legitimidade, mas sobretudo ação firme e meios próprios de controle, pois a memória do passado e as diferenças de leis e costumes tornam os principados mistos especialmente frágeis.

Todavia, é no principado novo que residem as dificuldades. Em primeiro lugar, se o principado não é totalmente novo, mas é como um membro acrescido (e o conjunto destes principados pode ser chamado de misto), as suas diferenciações nascem, primeiramente, de uma dificuldade natural presente em todos os principados novos, a saber: eles são como homens que voluntariamente mudam de senhor, acreditando melhorar, e esta crença os faz pegar em armas contra este, no que se enganam, porque veem posteriormente pela experiência que pioram. O que depende de uma outra necessidade natural e ordinária, a qual faz que sempre precisem importunar – com gente armada e outras infinitas injúrias que a conquista traz consigo – aqueles de quem se tornou novo príncipe. De modo que terá como inimigos todos aqueles que tiver importunado na ocupação daquele principado e não poderá conservar como seus amigos aqueles que nele o colocaram, por não poder satisfazer-lhes naquilo que pressupunham e por não poder usar contra eles os remédios fortes, uma vez que você tem obrigação para com eles. Porque ainda que se tenha um fortíssimo exército seu, sempre se precisa da ajuda de um provinciano para entrar em uma província. Por estes motivos Luís XII, rei da França, rapidamente ocupou Milão e rapidamente a perdeu; para perdê-la a primeira vez; bastaram as forças próprias de Ludovico: porque aquele povo que lhe tinha aberto as portas, encontrando-se enganados pelas opiniões dele e desiludidos daquele futuro que tinham pressuposto, não podiam suportar os aborrecimentos de um novo príncipe. É bem verdade que, conquistando-se pela segunda vez os países rebelados, eles se perdem com mais dificuldade, porque o senhor, aproveitando-se da ocasião da rebelião – para assegurar-se – tem menos escrúpulos em punir os delinquentes, identificar os suspeitos, precaver-se nos seus pontos mais fracos. De modo que, na primeira vez, para fazer perder Milão para a França, bastou um duque Ludovico se amotinar-se em

seus domínios, depois, para fazê-los perder na segunda vez, precisou ter todo mundo contra e que seus exércitos fossem expulsos ou eliminados da Itália: o que decorre das razões sobreditas. Não obstante, tanto na primeira como na segunda vez lhe foi tirado o ducado. As razões gerais da primeira já foram discutidas, resta agora falar sobre a segunda e ver que remédios ele tinha e quais poderia ter alguém nas suas condições para poder melhor conservar sua conquista, coisa que não fez a França. (Maquiavel, 2020, p. 210-211).

É nesse ponto que Maquiavel introduz, de forma clara, a necessidade de recorrer a medidas duras e de caráter excepcional, dada a situação, para assegurar-se o poder. A citação expõe bem essa lógica, ao retomar territórios rebeldes, o príncipe passa a ter mais liberdade para punir, identificar suspeitos e prevenir futuras revoltas, recorrendo à violência como instrumento legítimo de estabilidade de seu estado. Dessa maneira, já no início de sua obra, o florentino aponta que a autoridade soberana não se preserva apenas por alianças ou promessas, mas pela disposição de empregar a força quando necessária para manter o Estado. Maquiavel acrescenta:

Digo, portanto, que estes Estados – que, ao serem conquistados, agregam-se a um Estado mais antigo do que aquele que os conquistou – ou são da mesma província e da mesma língua, ou não o são. Quando o são, grande é a facilidade em tê-los, mais ainda não estão habituados a viver livremente: e para possuí-los com segurança basta extinguir a dinastia do príncipe que os dominava, porque, nas outras coisas conservando-lhes as velhas condições e não havendo diferença nos costumes, os homens vivem sossegadamente, como se viu ocorrer na Borgonha, na Bretanha, na Gasconha e na Normandia, que durante tanto tempo foram da França; e ainda que haja alguma diferença na língua, os costumes são, todavia, similares e eles podem facilmente conviver entre si. E quem os conquista, querendo tê-los, deve ter dois cuidados: um que seja extinta a dinastia do seu antigo príncipe, outro, de não alterar nem suas leis nem os seus impostos, de tal modo que, em brevíssimo tempo, juntamente com seu principado antigo, faça tudo um só corpo. Contudo, quando se conquista estados em uma província de língua, costume e ordenações diferentes, aqui se encontram dificuldades e aqui é preciso ter grande fortuna e grande indústria para mantê-los. E um dos maiores e mais eficazes remédios seria que a pessoa que o conquista vá habitar pessoalmente o lugar; isto tornaria mais segura e mais durável aquela posse, tal como fez o Turco na Grécia: ao qual, com todas as outras medidas observadas por ele para manter aquele Estado, não seria possível mantê-lo se não fosse lá habitar. Porque, estando ali, vê se nascer as desordens e rapidamente se lhes pode dar remédio. Além disso, a província não é espoliada por seus oficiais, os súditos se satisfazem com a possibilidade de recorrer direta e facilmente ao príncipe, donde têm mais razões de amá-lo, quando querem ser bons, e de temê-lo, quando querem ser o contrário; e quem do exterior desejasse assaltar aquele Estado, terá mais respeito, pois se o príncipe habitar o lugar, com grandíssima dificuldade pode perdê-lo. (Maquiavel, 2020, p.211-215).

Aqui Maquiavel demonstra que a consolidação de um domínio territorial depende, em larga medida, da proximidade cultural entre conquistador e conquistados. Quando povos compartilham língua e costumes semelhantes, a integração torna-se mais simples, basta ao

príncipe eliminar a antiga dinastia e preservar as leis e impostos já existentes para que o novo território se una naturalmente ao antigo, como se observa no exemplo francês; sem que cause prejuízos desnecessários que alimentam as desordens e agitação dos humores. Já quando a conquista recai sobre povos diferentes em língua, hábitos e ordenamentos, as dificuldades aumentam e o governante precisa recorrer a maior virtù para manter a posse. Nesse ponto, Maquiavel deixa claro que a conquista não é impossível, mas requer maior energia política e determinação do príncipe.

Esse raciocínio tem alcance maior do que o caso específico, ao indicar que costumes e língua comuns facilitam a unidade, Maquiavel nos sugere implicitamente que a Itália, com sua base cultural compartilhada, poderia sim ser unificada sob um só poder; bastaria a presença de um príncipe dotado de virtù capaz de transformar essa afinidade em unidade. Outro aspecto decisivo é a noção de presença, o secretário florentino recomenda que o governante habite o território conquistado, pois estando próximo identifica desordens rapidamente, administra melhor a justiça e transmite aos súditos a sensação concreta de sua autoridade. Essa observação pode ser lida de modo mais amplo: mesmo que o príncipe não resida fisicamente em cada parte de seus domínios, sua presença deve ser sentida e exercida na prática, pois sem esse contato direto não há como garantir obediência, corrigir abusos nem prevenir revoltas. Assim, Maquiavel antecipa a ideia de que a soberania depende não só da conquista, mas também da presença efetiva do poder no território, condição essencial para transformar a posse em estabilidade.

No capítulo quarto, Maquiavel comenta a respeito das razões pelas quais o reino de Dário, que havia sido ocupado por Alexandre, o Grande, não se rebelará contra seus sucessos após o precoce falecimento do príncipe macedônico. Em suas próprias palavras:

Consideradas as dificuldades que se tem em manter um Estado recém-ocupado, poderia alguém surpreender-se com o fato de Alexandre Magno tornar-se senhor da Ásia em poucos anos, e, mal tenho-a ocupado, ter morrido: donde parecia razoável que todos aqueles Estados se rebelassem. Todavia, os seus sucessores mantiveram-nos e não encontraram, para mantê-los, outra dificuldade se não aquela que surgiu entre eles mesmos, pelas suas próprias ambições. Respondo que os principados, dos quais se tem memória, encontram-se governados por dois modos diversos: ou por um príncipe e todos os outros lhe servem, os quais, como ministros, por sua graça e concessão, ajudam a governar aquele reino; ou por um príncipe e por barões, os quais possuem esta posição não pela graça do senhor, mas pela antiguidade e dinastia. Estes barões têm Estados e súditos próprios, os quais os reconhecem como senhores e são naturalmente afeiçoados a eles. Aqueles Estados governados por um príncipe e por servos têm o seu príncipe com mais autoridade, porque em toda a sua província não há ninguém que se reconheça por superior senão ele; e se obedecem a algum outro, o fazem como a um ministro e a um oficial, a ele não nutrem nenhum amor em particular (Maquiavel, 2020, p. 231).

A explicação se encontra na natureza do poder, quando todo o Estado se concentra em um único senhor, sem intermediário, a queda desse senhor abre espaço para que o conquistador assuma seu lugar e mantenha o domínio com relativa facilidade. Já nos reinos onde há nobres e instituições autônomas, a conquista enfrenta resistência constante, pois múltiplos centros de poder podem se reorganizar e fomentar rebeliões. Aqui Maquiavel expõe uma reflexão fundamental sobre soberania: a estabilidade de um Estado depende da forma como o poder é distribuído. Se centralizado, a conquista é simples, mas o governante enfrenta o risco de revoltas súbitas caso perca sua autoridade. Se descentralizado, o príncipe conquista com mais dificuldade, mas uma vez consolidado o domínio, a resistência é fragmentada tal qual o território. Ao elaborar essa distinção, Maquiavel reforça que compreender a estrutura política de um território é decisivo para conservá-lo.

No quinto capítulo, Maquiavel trata da situação peculiar das cidades que estavam habituadas a viver livres antes de serem conquistadas. Segundo o diplomata, o príncipe que deseja mantê-las tem três opções: destruí-las completamente, residir nelas para exercer presença contínua ou permitir que conservem suas leis. Entre essas alternativas, porém, afirma que a destruição é o caminho mais seguro, pois a lembrança da antiga liberdade nunca se apaga da memória do povo e, ao menor sinal de oportunidade, eles se rebelarão. A experiência histórica, diz Maquiavel, confirma esse ponto: cidades que mantiveram algum resquício de autonomia acabaram sempre por se rebelar.

Quando aqueles Estados que se conquista, como foi dito, estão habituados a viver segundo as próprias leis e em liberdade, para querer mantê-los são três os modos: o primeiro, arruiná-los; o outro, ir habitá-los pessoalmente; o terceiro, deixá-los viver segundo as suas próprias leis, cobrando um tributo e criando dentro deles um Estado de poucos, que os conserve seus amigos. Porque, sendo esse governo [aristocrático] criado por aquele príncipe, sabe que não pode ficar sem a sua amizade e a sua força e há de fazer tudo para conservá-lo. E, desejando preservá-la, mais facilmente se mantém uma cidade acostumada a viver livremente por meio de seus cidadãos do que qualquer outro modo. Como exemplo temos os espartanos e os romanos. Os espartanos, ao ocuparem Atenas e Tebas, criaram nelas um Estado de poucos, contudo voltaram a perdê-las. Os romanos, para manter Cápua, Cartago e Numância, destruíram-nas e não as perderam; quiseram manter a Grécia, assim como a mantiveram os espartanos, tornando-a livre e deixaram-na com suas leis, e não obtiveram sucesso, de modo que, para mantê-la, foram obrigados a destruir muitas cidades daquela província. Porque, em verdade, não havia um modo seguro para apossar-se dela, senão arruinando-a; quem se tornar senhor de uma cidade acostumada a viver livremente e não a destrói, pode esperar ser destruído por ela, pois a cidade sempre encontra guarda na rebelião, em nome da liberdade e nas suas antigas ordenações, as quais jamais são esquecidas, nem pela duração do tempo, nem pelos benefícios realizados. E qualquer coisa que se faça ou se proveja, se não se esquecerem daquele nome nem daquelas ordenações, logo, em qualquer imprevisto, acontecerá como fez Pisa cem anos depois de ter sido posta sob domínio dos florentinos. (Maquiavel, 2020, p. 239-241).

Neste trecho, Maquiavel demonstra de maneira clara que a manutenção do poder exige, muitas vezes, medidas extremas e violentas, principalmente quando se conquista cidades acostumadas a viver em liberdade, por estar, naturalmente, oferecem maior resistência por carregarem consigo a memória das antigas ordenações e o desejo constante de recuperá-las. A liberdade, uma vez experimentada, não se apaga, e por isso torna esses territórios os mais difíceis de conservar. Aqui, a lição de Maquiavel é dupla: de um lado, a liberdade é o fundamento da soberania, e os povos sempre tenderão a querer preservá-la; de outro, o príncipe que se torna senhor de cidades livres deve compreender que, se não for possível mantê-las com prudência e liberalidade, será necessário recorrer à violência e até mesmo à destruição completa da antiga ordem e qual resquício desta. (Skinner, 1981) nos complementa:

Por fim, Maquiavel recusa admitir que o dilema possa ser resolvido estabelecendo limites rígidos à maldade do príncipe e, em geral, comportando-se de maneira honrosa em relação aos súditos e aliados. Isso é exatamente o que não se pode esperar fazer, porque todos os homens, em todos os tempos, são “ingratos, volúveis, simuladores e dissimuladores, covardes diante do perigo e ávidos de ganho”, de modo que “um príncipe que se apoia inteiramente em sua palavra, se lhe faltarem outros preparativos, cairá”. A implicação é que um príncipe — e sobretudo um príncipe novo — frequentemente, e não apenas ocasionalmente, se verá forçado pela necessidade a agir contra a humanidade se quiser manter sua posição e evitar ser enganado. (Skinner, 1981, p. 42).

O exemplo romano é emblemático, ao destruir Cartago, Roma não apenas eliminou um inimigo, mas também apagou qualquer possibilidade de restauração da liberdade perdida, garantindo sua posse efetiva sobre aquele território. Esse ensinamento antecipa um ponto que Maquiavel desenvolverá mais adiante: a política não se guia pela apenas pela benevolência, mas pela eficácia e até o uso do mal — a utilização deste último recurso é eficiente para se assegurar a autoridade e a continuidade do poder com segurança se a situação a fizer necessária; como é comprovado pelos exemplos do próprio florentino.

Neste sexto capítulo, ao tratar dos principados novos conquistados pela *virtù* e armas próprias, Maquiavel enfatiza que a consolidação do poder não depende apenas da sorte, mas da energia criadora daquele que lidera. A *virtù* é aqui entendida como a capacidade de fundar novas ordens, de transformar a contingência em oportunidade e de dar forma estável ao exercício de sua autoridade. O novo príncipe, ao contrário do hereditário, não pode contar com a tradição ou com o apoio automático do povo; precisa sustentar-se em sua própria força, nos recursos que cria e nas instituições que funda. É nesse ponto que Maquiavel vincula

diretamente a *virtù* ao exercício da soberania, sem meios próprios para executar sua autoridade, não há como consolidar o poder.

O florentino recorre então a exemplos célebres para mostrar que os grandes fundadores da história — Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu — os quais, segundo Maquiavel, só obtiveram êxito em suas empreitadas por unirem visão política, audácia e armas próprias. São homens dotados de *virtù* excepcional, capazes de gerar novas formas à vida política e social de seus povos.

Mas, tratando daqueles que, pela própria *virtù* e não pela fortuna, tornaram-se príncipes, digo que os mais excelentes são Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu e outros semelhantes. E ainda que não se deva discutir sobre Moisés, tendo sido ele um mero executor das coisas que lhe eram ordenadas por Deus, todavia deve ser admirado tão somente por aquela graça que o tornava digno de falar com Deus. Mas, considerando Ciro e os outros que conquistaram ou fundaram reinos, achá-los-eis todos admiráveis; e se considerarmos as suas ações e as suas vidas, vê se que não tiveram nada da fortuna senão a ocasião, a qual deu-lhes matéria para que alguma forma semelhante possa ser introduzida dentro dela; e, sem essa ocasião, a *virtù* do seu ânimo teria sido extinta, e sem essa *virtù* a ocasião teria sido em vão. (Maquiavel, 2020, p. 245)

Ao apresentá-los como modelos, Maquiavel mostra que a grandeza política não se herda, mas se conquista pela ação dos grandes atos, os quais sempre são difíceis e arriscados; não há nada mais difícil do que criar uma nova ordem de coisas, mas também é apenas através destes que se é possível conquistar resultados duradouros. O príncipe deve guiar-se, então, pelo exemplo destes valorosos homens dotados de *virtù* extraordinária, pois, se não atingir a mesma glória deles, ao menos chegará a feitos notáveis.

Ninguém se surpreenda se, na exposição que farei dos principados completamente novos, dos príncipes e Estados, eu apresentar grandíssimos exemplos. Porque, caminhando os homens sempre pelos caminhos percorridos por outros e procedendo por imitação nas suas ações, não podendo em tudo seguir, não podendo em tudo seguir nos caminhos alheios, nem adquirir a *virtù* daqueles que você imita, deve um homem prudente seguir sempre pelas estradas percorridas por grandes homens, e imitar aqueles que foram excellentíssimos, a fim de que, se a sua *virtù* não os alcançar, ao menos receba deles um aroma; e fazer como os arqueiros prudentes, os quais, parecendo muito distante o lugar que desejam alvejar e conhecendo bem até que ponto vai a *virtù* do seu arco, põem a mira muito mais alta que o lugar mirado, não para atingir tão alto com sua flecha, mas para poder, com a ajuda de sua mira alta, alcançar o alvo desejado. (Maquiavel, 2020, p.243).

Nesta passagem, Maquiavel justifica o uso de grandes exemplos históricos como guia para o príncipe. Os homens, afirma ele, sempre caminham pelos caminhos já percorridos, e embora não possam alcançar plenamente a *virtù* daqueles que imitam, ao menos podem se aproximar de sua grandeza. O príncipe prudente deve, portanto, mirar alto, como o arqueiro

que eleva sua mira para atingir um alvo distante; o príncipe deve guiar-se, então, pelo exemplo destes valorosos homens dotados de *virtù* extraordinária, pois, se não atingir a mesma glória deles, ao menos, provavelmente, chegará a feitos notavelmente próximos. Essa lógica prepara a discussão seguinte, em que Maquiavel mostrará que a fundação de principados depende da conjunção entre *virtù* e *fortuna*, mas que aqueles que se apoiam mais na própria *virtù* têm maiores condições de manter o poder rente aos que dependem unicamente da sorte.

Digo, pois, que nos principados inteiramente novos, em que haja um príncipe novo, encontra-se menor ou maior dificuldade para conservá-los, segundo seja mais ou menos virtuoso aquele que o conquista. E porque este evento, de passar de cidadão comum a príncipe, pressupõe ou *virtù* ou *fortuna*, parece que uma ou outra dessas duas coisas mitiga, em parte, muitas dificuldades. Todavia, aquele que menos se apoiou na *fortuna*, manteve-se mais. (Maquiavel, 2020, p.243).

Maquiavel neste trecho reforça a distinção entre *virtù* e *fortuna* como fundamentos essenciais da conquista e da manutenção do poder. A *virtù* é compreendida pelo florentino como a capacidade do governante de criar meios próprios, de se adaptar às circunstâncias e de superar os desafios com decisão e astúcia; já a *fortuna* é o acaso, a sorte instável que pode favorecer momentaneamente, mas que não garante permanência. Quando um príncipe ascende apenas por sua mera sorte, encontra-se em uma frágil posição, pois, se abandonado por esta, ao carecer dos meios necessários para manter sua posição. Ao contrário, aquele que se apoia unicamente em sua *virtù* tem mais condições de consolidar seu poder e estado, porque está preparado para enfrentar as adversidades sem depender de fatores externos. É nesse contraste entre essas duas concepções romanas que Maquiavel estabelece uma lição fundamental de soberania, o Estado se mantém quando se é erguido sobre virtudes próprias e não sobre o favor incerto da sorte. Essa análise prepara para o argumento seguinte, em que ele mostrará que os príncipes armados sempre alcançaram êxito superior aos desarmados, justamente porque sua força é verificada em sua autonomia, o fundamento estritamente necessário para o exercício de sua autoridade.

É necessário, portanto, querendo discorrer bem sobre essa parte, examinar se estas inovações se sustentam por si mesmas ou se dependem de outros, isto é, se para conduzir a sua obra, precisa rezar ou pode forçar. No primeiro caso, sempre entendem mal e não leva a coisa alguma, mas, quando dependem de si próprios e podem forçar, então é que raras vezes correm perigo. Daqui nasce que todos os profetas armados venceram e os desarmados se arruinaram. Porque, além das outras coisas ditas, a natureza dos povos é variada e é fácil persuadi-los em uma coisa, mas é difícil sustentá-los nesta persuasão. Porém, convém se ordenado de modo que, quando não creem mais, pode-se fazer crerem pela força. Moisés, Ciro, Teseu e

Rômulo não teriam podido fazer observar sua constituição longamente caso estivessem desarmados, como no nosso tempo sucedeu com o frei Jerônimo Savonarola o qual arruinou os seus novos ordenamentos, quando a multidão passou a não acreditar nele, e ele não tinha como manter firmes aqueles que haviam acreditado nele, nem fazer crer os descrentes. Porém, estes têm grande dificuldade no conduzir, e todos os seus perigos estão no seu caminho, e convém que os superem com a *virtù*. Mas, uma vez superadas essas adversidades, começam a ser venerados, tendo perdido aquela sua qualidade que tinham invejado, permanecendo fortes, seguros, honrados e felizes. (Maquiavel, 2020, p. 249).

Nesta passagem, Maquiavel é categórico ao afirmar que a diferença entre a vitória e a ruína está na posse de armas próprias e meios próprios. Ao trazer o exemplo de como os profetas armados conseguiram consolidar seus ordenamentos porque tinham força suficiente para sustentar aquilo que pretendiam realizar, enquanto os desarmados, tal qual Savonarola em Florença, foram incapazes de manter sua posição ao primeiro sinal de debandada das graças da fortuna; e sem a posse de meios para impor obediência pela força, sua ruína foi inevitável. A lição desta passagem nos deixa evidente que a persuasão sozinha não basta, porque o povo é volúvel, facilmente convencido, mas também rapidamente perdem seu entusiasmo e trocam de senhor. Por isso, apenas quem detém instrumentos próprios de poder podem transformar sua posição em duradoura. Esse ponto é crucial para compreendermos a soberania em Maquiavel, pois, sem armas ou meios próprios, nenhum Estado consegue se sustentar; a dependência exclusiva das benções da fortuna pode oferecer vitórias momentâneas, mas basta que a sorte se volte contra o príncipe para que tudo se perca, no entanto, quem se apoia em sua própria *virtù* e instrumentos concretos que permitem se mover no jogo político, é capaz de superar as adversidades e consolidar sua autoridade.

A contribuição de Maquiavel reside em mostrar que a soberania é inseparável da capacidade do governante de agir com *virtù* frente à *fortuna*, garantindo a autonomia do Estado e deixando como marca a glória de feitos que ultrapassam o interesse privado. Essa concepção, enraizada no contexto do século XVI, continua a oferecer elementos fecundos para pensar a política contemporânea, marcada, ainda hoje, pela tensão entre contingência, poder e autonomia. (Ames, 2017) sintetiza perfeitamente esta noção tão vital para compreendermos a soberania para Maquiavel:

Uma primeira acepção geral de liberdade presente na obra de Maquiavel é a que a identifica com liberdade de cativeiro físico. Neste sentido, ser livre corresponde a não ser preso, a não ser refém de alguém; correspondente à liberdade de movimento ou ação. É, pois, liberdade como ausência de submissão ou de servidão; ou formulado positivamente, liberdade como afirmação da capacidade de autodeterminação de seu agir. [...] Um segundo uso de liberdade corresponde à ideia de ser “livre de” no sentido de falta ou de estar desfrutando ou sofrendo da ausência de algo. Ser livre, neste caso, é não estar dependente de algo capaz de tolher a capacidade de autodeterminação; ou, como dizia Aristóteles, de impedir alguém de

ser causa interna de seu agir. Um exemplo que pode ser aduzido a favor dessa acepção é o que Maquiavel refere no primeiro proêmio de História de Florença. Após mostrar que em Florença as divisões não se limitaram ao confronto binário de grandes e povo, como na Roma republicana, mas que nela nobres e povo se dividiam entre si, pondera que os florentinos tiveram sorte em “permanecer livres de tantos males”. Outro exemplo que pode ser lembrado está em Discursos I, 1:8. Maquiavel caracteriza nesta passagem a fundação das cidades por forasteiros, que, neste caso, “ou são *uomini liberi*, ou que dependem de outrem”. Liberdade é, aqui, entendida como uma qualidade própria de homens cujo princípio de ação está neles mesmos. Então, neste sentido, “livres de” qualquer dependência externa. (Ames, 2017, p. 27-28).

Esse trecho de Ames evidencia de forma clara a noção de liberdade em Maquiavel, mostrando como ela é condição fundamental para pensar a sua soberania. A primeira acepção, ligada à ausência de cativeiro físico, revela que ser livre é não estar submetido nem constrangido por outrem, ou seja, possuir a capacidade de agir por si mesmo e para si; além disto, é uma liberdade concreta, vinculada à autodeterminação prática, à possibilidade de movimento e de ação sem qualquer dependência ou amarra que impeçam a ação efetiva. A segunda acepção, a de ser “livre de”, reforça essa mesma ideia ao sublinhar que liberdade significa não estar sujeito a forças externas que limitem a capacidade de decidir, tanto no plano político quanto no plano existencial.

Com base nisso, a soberania em Maquiavel aparece como a forma máxima de liberdade política: ser soberano é poder agir a partir de si, com meios próprios e sem depender de agentes externos. Para um Estado, isso implica possuir instituições sólidas e, sobretudo, forças armadas próprias, já que não existe soberania real quando a defesa depende de mercenários ou de potências estrangeiras. A liberdade, nesse sentido, não é apenas a ausência de correntes físicas, mas a ausência de amarras institucionais, econômicas e mesmo morais que impeçam a ação eficaz. É por isso que Maquiavel se distancia da moral cristã ou de ideais metafísicos que paralisam a ação em detrimento das concepções pagãs; um governante livre, é, portanto, soberano, aquele capaz de decidir sem restrições, apoiado em sua *virtù* e em seus próprios recursos. Assim, a leitura de Ames confirma que em Maquiavel liberdade e soberania se confundem, em ambas, se consolida a autonomia plena, que só é possível com a posse de meios próprios e com a força suficiente para sustentar a independência. Apesar de tamanha maldade, Borgia ainda é o exemplo perfeito de príncipe para Maquiavel, apesar de sua queda, o duque agia muito bem, com coragem e sem se prender à sua ação.

No capítulo VII, Maquiavel apresenta os principados conquistados pela fortuna e pelas armas de outros, destacando o exemplo de César Bórgia. Apesar de ter recebido seu Estado

graças a seu pai, o papa Alexandre VI, Bórgia soube mostrar virtù ao eliminar seus párias, conquistar aliados e fortalecer suas bases de acordo com o que a situação clamava. Contudo, sua ruína após a tragica morte de seu pai ilustra por envenenar-se ao tentar tramar contra um adversário; com o próprio Bórgia sofrendo deste mesmo impecilho mas sobrevive. Com o fatídico desfecho do papa, a fragilidade de sua dependência ao poder papal concedido por seu pai demonstra claramente a necessidade de uma força própria. A lição é evidente, somente os que se apoiam em armas e recursos próprios consolidam sua soberania, já que a fortuna é volúvel e incapaz de sustentar um poder duradouro sem capacidade autônoma e plena.

No capítulo VIII, a análise se volta àqueles que chegam ao principado por meios ilícitos ou pela crueldade. Aqui, Maquiavel reconhece que até a violência pode ser um instrumento legítimo da política, desde que aplicada de modo calculado e eficaz. O exemplo de Agátocles, tirano de Siracusa, mostra que crimes, quando empregados de forma organizada, podem estabelecer ordem e estabilidade. O que se condena é o uso contínuo e desmedido da crueldade, que mina a obediência. A mensagem central é que a soberania não se mede por padrões morais, mas pela capacidade de manter o Estado seguro.

Por fim, o capítulo XXVI conclui a obra com um apelo patriótico. Maquiavel exorta a figura de um príncipe capaz de libertar a Itália da dominação estrangeira e restaurar sua grandeza. Este é o momento em que a teoria da soberania se converte em projeto histórico: a autonomia não é apenas condição abstrata do poder, mas necessidade concreta da península italiana, fragmentada e submetida a forças externas. O livro, portanto, não é apenas um manual de técnicas do poder, mas um manifesto em favor da unidade nacional e da construção de uma soberania independente, fundada na virtù e nos meios próprios de defesa.

## CONCLUSÃO

A análise realizada demonstrou que a noção de soberania em *O Príncipe* não pode ser compreendida sem o vínculo direto entre a experiência biográfica de Maquiavel, o cenário político da Itália fragmentada e as categorias conceituais por ele elaboradas. Sua trajetória como diplomata, marcada pela observação direta dos governantes europeus e pelo fracasso da República Florentina diante da restauração dos Médici, forneceu-lhe elementos empíricos decisivos para conceber a política como esfera autônoma, desvinculada da moral cristã e julgada exclusivamente pelos resultados obtidos.

Conforme ressaltado por Skinner (1981), o realismo maquiaveliano emerge do contato com a verdade efetiva das coisas, recusando idealizações de repúblicas imaginárias. Essa

perspectiva levou-o a condenar o uso de tropas mercenárias e auxiliares, consideradas por ele a causa da ruína da Itália, e a propor como alternativa o fortalecimento de exércitos próprios e de instituições sólidas. A soberania, neste quadro, só se sustenta quando o príncipe dispõe de meios internos para agir, garantindo assim a autonomia política necessária para resistir às pressões externas e para enfrentar as contingências históricas. O eixo conceitual de sua teoria articula a virtù e a fortuna. A primeira, segundo Bath (1981) e Barros (2022), não corresponde à virtude cristã, mas à energia e à eficácia prática que permitem ao governante moldar os acontecimentos. A segunda representa a inconstância dos tempos, que pode arruinar ou favorecer os Estados. O soberano virtuoso, portanto, é aquele que sabe adaptar-se, transformando as adversidades da fortuna em oportunidades, sempre em nome da preservação do Estado. A esse quadro soma-se a noção de glória, entendida como reconhecimento público e duradouro dos feitos políticos que beneficiam a pátria, distinguindo o verdadeiro estadista dos tiranos que governam apenas por ambição pessoal. Dessa forma, a *soberania* em Maquiavel não é apenas um conceito jurídico ou abstrato, mas uma condição prática de autonomia, construída a partir de boas leis, de forças próprias e da liderança capaz de fundar ordens estáveis. Como observa Almeida Júnior (2021), trata-se de um projeto patriótico, voltado para a unificação e fortalecimento da Itália diante das potências estrangeiras. Nesse sentido, *O Príncipe* pode ser lido como resposta à crise de sua época, mas também como inauguração de uma filosofia política moderna, na qual a política se emancipa da religião e a liberdade humana ocupa o centro do agir coletivo.

## REFERÊNCIAS

- Almeida Júnior, J.B. *Como ler Maquiavel: a arte da política*. São Paulo: Paulus, 2021.
- Ames, J. L. *Conflito e liberdade e a vida política para Maquiavel*. Curitiba: CRV, 2017.
- Barros, V.S.C. *10 lições sobre Maquiavel*. 6ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.
- Bath, S. *Maquiavelismo: a prática política segundo Nicolau Maquiavel*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1992.
- Bath, S. Traduzindo Maquiavel. In: Bath, S. et al. *Maquiavel: um seminário na Universidade de Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 9-15.
- Burckhardt, J. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- Larivaille, P. *A Itália no Tempo de Maquiavel*. Traduzido por Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- Maquiavel, N. Carta a Francesco Vettori. In: Atkinson, J.B.; Sices, D. *Machiavelli and his friends: their personal correspondence*. DeKalb: Northern Illinois University Press, 1996, p. 264.
- Maquiavel, N. *História de Florença*. 2ª ed. Tradução, apresentação e notas de Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 1998.
- Maquiavel, N. *O Príncipe* 3ª ed.. São Paulo: Hedras, 2020.
- Skinner, Q. *Machiavelli*. 1st. ed. New York: Hill and Wang, 1981
- White, M. *Maquiavel: um homem incomprendido*. Tradução de Julián Fuks. Rio de Janeiro: Record, 2007.